

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIANA OLIVEIRA SILVA

***O GERENCIAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: O CASO DA
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA USINA DE TRIAGEM E
RECICLAGEM DE VIÇOSA – ACAMARE***

Orientadora: Thaís Ferreira Rodrigues

Viçosa, dezembro de 2014.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIANA OLIVEIRA SILVA

***O GERENCIAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: O CASO DA
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA USINA DE TRIAGEM E
RECICLAGEM DE VIÇOSA – ACAMARE***

Tese de Conclusão de Curso – TCC
apresentada ao Departamento de
Ciências Sociais da Universidade
Federal de Viçosa, como requisito
parcial para obtenção do título de
bacharel em Ciências Sociais.

Viçosa,
2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Orientadora – Ms. -Thaís Ferreira Rodrigues
Universidade Federal de Viçosa

Prof^a. Coorientadora – Ms. Nádia Dutra de Souza
Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. André Ribeiro Luís Lima
Universidade Federal de Viçosa

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Wilmar e Beth, pelo amor e por me concederem a oportunidade de ampliar meus conhecimentos e vivenciar experiências que contribuíram para minha formação profissional e pessoal.

Ao Bruno, Flávia e André por serem mais que irmãos, serem grandes amigos. Pelo apoio e por me incentivarem em todos os momentos, principalmente os difíceis, sem vocês superá-los seria ainda mais árduo. A minha querida sobrinha, Lúlu, por ter trazido mais alegria a nossa família.

A Tia Rosa por todas as orações e pelo imenso carinho. A tia Aymara e tio Júlio por serem os melhores padrinhos do mundo e por me proporcionarem momentos em família divertidíssimos. Ao meu primo Lucas que tanto me inspira, pela torcida e por confiar na nossa amizade.

Ao Alisson pelo companheirismo e principalmente pelo apoio nos momentos de insegurança quanto à capacidade de concluir esse estudo.

Ao Projeto InterAção e todos que já fizeram parte dessa equipe por me permitir vivenciar realidades que ultrapassam os limites da Universidade.

Aos associados da ACAMARE pelos ensinamentos durante todos esses anos e por confiarem em mim cedendo entrevistas que muito colaboraram com o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos grandes amigos que fiz em Viçosa que me acompanharam nessa caminhada contribuindo para que meus dias fossem mais prazerosos e felizes. Aos amigos de Teófilo Otoni, a Laura e Cecília, que torceram por essa vitória, me incentivaram e se fizeram presentes mesmo com a distância.

Á Prof.^a Nádia Dutra por valorizar minha atuação nesses bons anos como estagiária no Projeto InterAção e pelas trocas de experiências. Sua dedicação e empenho ao trabalho é um exemplo a seguir.

Á Prof.^a Vera Travençolo Muniz por ter contribuído com o desenvolvimento do meu olhar crítico a partir da sociologia e por me fazer perceber que exercitá-lo é crucial.

À Prof.^a Thaís Ferreira Rodrigues agradeço por ter aceitado o convite para ser minha orientadora com tanto carinho, pelas sugestões e pelo olhar zeloso para a concretização deste estudo.

Agradeço ao Prof. André Luiz Ribeiro por ter se prontificado a fazer parte da minha banca examinadora. Tenho certeza que suas considerações contribuirão muito para o aperfeiçoamento e possível continuidade desta pesquisa.

Mais uma conquista, todas as incertezas e saudades valeram a pena. Espero que se orgulhem da minha trajetória.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

Paulo Freire

RESUMO

Neste trabalho relaciona-se a adoção de medidas da ideologia do movimento neoliberal dos anos 80 e 90 por parte do estado brasileiro e suas consequências na vida dos trabalhadores brasileiros pobres com algumas alternativas de geração de renda que fazem um contraponto aos fundamentos neoliberais e rompem com a lógica de fortalecimento do setor empresarial por meio do trabalho cooperativo ou associativo. Destaca-se a catação de resíduos sólidos e demais atividades do setor de reciclagem como objeto principal tecendo-se uma análise das ações organizadas pelos trabalhadores desse setor e das políticas públicas voltadas para os mesmos. Para tal, busca-se compreender o universo simbólico desses catadores, mais especificamente os da cidade de Viçosa-MG, em que se analisa dados da coleta seletiva da cidade e a dinâmica de trabalho da Associação dos Trabalhadores da Usina da Triagem e Reciclagem de Viçosa – ACAMARE, evidenciando a situação socioeconômica dos associados. Além de explorar a atuação do Poder Público local e da autarquia responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos da cidade, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, levando em consideração suas responsabilidades previstas em lei. Almeja-se, assim, realizar uma reflexão acerca do comprometimento do Poder Público municipal com a coleta seletiva e com esse segmento de trabalhadores.

Palavras Chaves: Neoliberalismo, Coleta Seletiva, Economia Popular e Catadores de Materiais Recicláveis.

ABSTRACT

This paper relates the adoption of the measures of the neoliberal ideology movement of the 80s and 90s by the Brazilian state and its consequences in the poor Brazilian workers' lives with some alternatives to income generation that are opposite to the neoliberal foundations and break up with the strengthening of the business sector through the cooperative or associative work. On this paper it is highlighted the grooming of solid waste and other activities of the recycling sector as main object, doing an analysis of the actions organized by workers in this sector and the public policies for them. To achieve this aim, this paper proposes to understand the symbolic universe of the garbage collectors, with the main focus on the garbage collectors from Viçosa, and examines data from the selective collection of the city and the working dynamics of the Workers Association of Plant Screening and Recycling Viçosa - ACAMARE, showing the socioeconomic status of the members. In addition to exploring the role of the local government and the local authority responsible for the management of solid waste in the city, the Autonomous Water and Sewer Service - SAAE, which has its responsibilities prescribed by law. This paper also tries to propose a reflection on the commitment of the municipal government with the selective collection and also with this working class.

Key Words: Neoliberalism, Selective Collection, Popular Economy and Recyclable Material Collectors.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| METODOLOGIA..... | 3 |
| I – OS AVANÇOS NEOLIBERAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS | 6 |
| I.I- A Economia Popular como contraponto à crise estrutural neoliberal | 9 |
| II – AS ORGANIZAÇÕES DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E AS POLÍTICAS DO SETOR DA RECICLAGEM | 13 |
| III- A ORGANIZAÇÃO DA COLETA SELETIVA EM VIÇOSA..... | 20 |
| IV – A GESTÃO DA COLETA SELETIVA DE VIÇOSA PELO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO | 30 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 37 |
| ANEXOS..... | 39 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 44 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAMARE – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa

ASMARE Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEMPRE - Compromisso Empresarial para a Reciclagem

COOPAMARE - Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis

COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

EPI – Equipamento Proteção Individual

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

ITCP/UFV - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MNRC - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OAF - Organização de Auxílio Fraternal

PBSM - Programa de Combate a pobreza do Plano Brasil sem Miséria

PMGIRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

PMV - Prefeitura Municipal de Viçosa

PNSB - Plano Nacional de Saneamento Básico

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PT - Partido dos Trabalhadores

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

MP – Medida Provisória

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1-** Modelo de relação capital/trabalho baixa nas atividades de catadores de materiais recicláveis. MNCR (2009) adaptado por Gonçalves-Dias (2009) página.....19
- Figura 2-** Triagem dos materiais recicláveis na esteira realizado pelos associados da ACAMARE.(Fonte: acervo Projeto InterAção) página25
- Figura 3-** Materiais recicláveis sendo prensados pelo associado da ACAMARE. (Fonte: Acervo Projeto InterAção) página.....26
- Figura 4-** Fardos de materiais recicláveis prontos para serem comercializados. (Fonte: Acervo Projeto InterAção) página.....26
- Figura 5-** Carregamento do caminhão com fardos realizado pelos associados da ACAMARE. (Fonte: Mariana Oliveira) página.....27

INTRODUÇÃO

Após os anos 60, o sistema econômico, principalmente nas economias dos países desenvolvidos, entrou em uma grande recessão. O capitalismo foi rearranjado buscando pôr fim à estagnação da acumulação de capital e foi dando forma às práticas econômicas que conhecemos hoje como neoliberalismo. Como relatado pelo pensador marxista Perry Anderson (1995):

Todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno (ANDERSON, 1995: 10).

O Livro de Hayek "O Caminho da Servidão" (1944), que condenava os sindicatos e o movimento operário, contribuiu com o ideário neoliberal por todo o mundo. A implantação deste modelo ganhou força no cenário internacional com alguns acontecimentos posteriores como a consequente queda do muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética (1991). Ao adotarem doutrinas de Estado mínimo e políticas de liberalização da economia, amplamente recomendadas no Consenso de Washington¹, a população do Brasil, assim como a de grande parte da América Latina, sofreu com uma série de impactos negativos. Nos anos 90 o Brasil sofreu com o aumento do desemprego, a precarização do trabalho, assim como a sua informalização. Para Singer (1999) a precarização do trabalho envolve tanto a exclusão da classe trabalhadora de desfrutar de seus direitos legais como a consolidação de um exército de reserva.

Desamparados por parte do Estado, essa massa de desempregados não encontrou espaços para se inserir no mercado de trabalho oficial, pois muitas vezes não possuíam qualificação profissional para isso. No entanto, esses desempregados criaram estratégias de sobrevivência, sendo uma delas o trabalho com materiais recicláveis.

Os catadores de materiais recicláveis representam um segmento da população à margem da sociedade, pois sobrevivem da venda dos resíduos rejeitados por um grande contingente de pessoas, que consomem exacerbadamente e com rapidez descartam os restos

¹O Consenso de Washington é um pacote de recomendações econômicas composto por dez regras principais, formuladas em 1989 na capital dos Estados Unidos. Pensado por economistas representantes das instituições financeiras sediadas nesta cidade, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, teve como base um texto de John Williamson, economista do *International Institute for Economy*. Esse conjunto de medidas foi utilizado pelo FMI como norteador na elaboração dos planos econômicos feitos para "ajustar" a economia dos países subdesenvolvidos na década de 1990. (MARANHÃO, 2009)

que delas resultam por não enxergarem mais utilidade neste material. Porém, o manejo dos materiais recicláveis representa uma alternativa de sobrevivência para os desempregados que, em sua maioria, têm baixo nível de escolaridade. Muitos desses trabalhadores como tantos outros que compõem empreendimentos populares, se organizam para criar associações e cooperativas, ou seja, passam a pertencer a um setor excepcional da economia, incluído na dinâmica da Economia Popular. As práticas desse setor da economia são caracterizadas por Icaza e Tiriba na obra “Dicionário Internacional da Outra Economia” (2009), como:

Conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurarem a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis (ICAZA & TIRIBA, 2009:150).

No início dos anos 2000, um significativo número de pessoas em torno do trabalho com resíduos recicláveis começaram a se agrupar de forma mais intensa em várias partes do Brasil, com o objetivo de valorizar o trabalho realizado por eles no cenário econômico e assegurar suas condições de ordem material ou não. É válido ressaltar que os amplos debates e acordos sobre o meio ambiente, como o “Protocolo de Kyoto” (1997) e a “RIO +10” (2002), tratavam da temática dos resíduos sólidos e contribuíram para fortalecer a ação coletiva dos integrantes desse setor econômico-popular e ampliar o diálogo dos mesmos com o poder público, haja vista que esse tema se tornou um problema muito relevante. Esse ganho de importância se deve ao aumento da produção dos resíduos sólidos, popularmente conhecido como “lixo”, resultado dos maus hábitos e costumes da sociedade no tratamento de seus rejeitos, difíceis de modificar em curto prazo. Nessa época, diversas políticas ambientais estavam sendo discutidas para assegurar o manejo adequado dos resíduos sólidos. Também surgiram, neste contexto, algumas políticas públicas e órgãos que tinham como objetivo destinar recursos a fim de fortalecer esses empreendimentos populares.

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo apresentar e analisar o perfil das pessoas que compõem esse segmento popular e os elementos simbólicos que permeiam sua realidade, mais especificamente os catadores da Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa - MG - ACAMARE, descrever o processo da coleta seletiva em Viçosa- MG, seus atores, problemas e contexto atual. A motivação da pesquisa está relacionada à minha participação como estagiária, desde 2011, no Programa de Extensão Universitária "Projeto InterAção – Responsabilidade Social e Meio Ambiente", que tem como meta promover a implantação e expansão da coleta seletiva no município de Viçosa e contribuir para o fortalecimento da ACAMARE.

O primeiro capítulo analisa os desdobramentos do movimento neoliberal e os impactos causados na vida das pessoas das classes populares, assim como as alternativas de geração de renda que fazem um contraponto aos fundamentos neoliberais e rompem com a lógica individualista proposta pelo modelo vigente. No segundo capítulo será tecida uma análise das ações organizadas pelos trabalhadores do setor da reciclagem e das políticas públicas voltadas para esse público. No terceiro capítulo são trazidas informações sobre a coleta seletiva em Viçosa e é retrata a dinâmica de trabalho da ACAMARE, assim como sua composição e atual situação econômica e social. Por fim, no quarto capítulo será realizada uma análise da atuação do Poder Público local, representado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto, responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos da cidade. Será explorada também neste último capítulo a forma como é planejada a coleta seletiva e como e feita a disposição final dos resíduos da cidade. As análises feitas nessa pesquisa tornam possível realizar uma reflexão acerca do comprometimento do Poder Público municipal e da comunidade viçosenses com esse segmento marginalizado da sociedade.

METODOLOGIA

Ao me inserir na equipe do “Projeto InterAção” tive a oportunidade de participar de reuniões, eventos, fóruns e seminários que envolviam a temática dos resíduos sólidos e me apropriar de referenciais teóricos atuado sobre a prática da coleta seletiva em Viçosa. O contato com os diversos atores sociais da pesquisa, os gestores de limpeza pública municipal, quanto com os catadores de materiais recicláveis da ACAMARE motivaram a realização desta pesquisa. Nas visitas técnicas à associação, realizadas periodicamente nas atividades do Projeto InterAção, pude por um longo período de tempo realizar a observação participante, o que muito contribuiu neste trabalho. No dia a dia com os trabalhadores da ACAMARE tive que aprender o momento certo para perguntar, como também quais perguntas fazer. A observação participante implica em saber ouvir, escutar, ver, ou seja, fazer uso de todos os sentidos (WHYTE, 2007). Essa técnica de pesquisa é definida por Schwartz & Schwartz (1955) como:

Definimos observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe

dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto”. (Schwartz & Schwartz, 1955: 355)

Além desse instrumento metodológico, utilizou-se de procedimentos, todos com enfoque qualitativo, como: levantamento e análise documentos de fontes primárias e secundárias; entrevistas com roteiros previamente elaborados; levantamento bibliográfico (livros, artigos e reportagens).

Através do acervo do Projeto InterAção pude levantar e analisar documentos como convênios entre o Projeto InterAção e a Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV), relatórios e atas de reuniões do Projeto com o SAAE e também ofícios dirigidos a essa autarquia. Além desses documentos, também realizei levantamentos em arquivos públicos oficiais como a ata de fundação da ACAMARE, seu estatuto interno e o convênio firmado entre a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Prefeitura de Viçosa. Foi necessário analisar também decretos, projetos de lei e leis aprovadas que se relacionam à temática em nível municipal, estadual e nacional.

As entrevistas foram realizadas com o diretor de limpeza pública do SAAE de Viçosa Geraldo Fausto e com cinco trabalhadoras da ACAMARE, todas indicadas pela maioria dos associados por serem as mais antigas do grupo. Duas dessas trabalhadoras já se dedicavam à coleta de materiais recicláveis no grupo de catadores do “lixão” de Viçosa, anteriormente à criação da Usina de Triagem e Reciclagem em 2002. Com o objetivo de não expor as associadas entrevistadas neste trabalho foram adotados nomes fictícios. O fato de as entrevistas realizadas na Usina de Triagem terem sido feitas somente com mulheres é retrata a composição deste coletivo de associados, em que a maioria da mão-de-obra é feminina. As entrevistas foram registradas através de um gravador de voz, reavivando na esfera acadêmica a utilização do relato oral. Para Manzini (1990/1991):

Na entrevista semiestruturada, a resposta não está condicionada a uma padronização de alternativas formuladas pelo pesquisador como ocorre na entrevista com dinâmica rígida. [...] É quando desejamos que as informações coletadas sejam fruto de associações que o entrevistado faz, emergindo, assim, de forma mais livre (MANZINI, 1990/1991: 154).

A realização das entrevistas envolvendo as associadas da ACAMARE teve como intuito retratar detalhes do cotidiano e do universo simbólico dos trabalhadores desse setor econômico e dar voz a esses atores sociais que o compõe, que muitas vezes não são ouvidos ou são considerados não falantes pela sociedade (DEMARTINI, 2002). A entrevista realizada com o diretor de limpeza pública do SAAE teve por objetivo dar oportunidade também a um

membro do setor administrativo da coleta seletiva viçosense de se pronunciar a respeito da gestão dos resíduos sólidos da cidade. Tendo em vista a análise de Quinteiro (2002) sobre os trabalhos de Duarte (1993) e Sarmiento e Pinto (1997), utilizei esse instrumento de captação de voz como expressão da ação e concomitantemente da reflexão sobre a ação e situação vivida, como forma de objetivação do cotidiano desses trabalhadores.

A literatura escolhida para embasar a pesquisa tem foco no processo de crise estrutural gerada pela adoção do modelo econômico neoliberal pelo governo, nos impactos dessa nova organização em uma sociedade desigual e na desenfreada urbanização que acarreta maior geração dos resíduos sólidos urbanos. Também são parte da bibliografia estudos sobre alternativas de trabalho que se opõem a esse sistema, como as organizações da economia popular, formadas em sua maioria por pessoas excluídas do mundo do trabalho nesse processo de adoção de políticas neoliberais, e configurando-se principalmente em formato de associações e cooperativas. Por fim, foram inclusas também no roteiro de leitura da pesquisa, políticas públicas e leis aprovadas que têm como objetivo fortalecer empreendimentos populares. O aprofundamento em tais literaturas justifica-se no sentido de submeter a um novo enfoque o estudo sobre esta realidade das cidades podendo assim chegar a novas conclusões (MARCONI e LAKATOS, 2010: 57).

CAPÍTULO I – Os avanços Neoliberais e suas consequências

O pensamento neoliberal, baseado no liberalismo clássico², surgiu em 1944 influenciado pelas teorias políticas e econômicas de Friedrich A. Hayeck e Milton Friedman. O termo neoliberal foi usado em duas épocas diferentes, na primeira metade do século XX, a doutrina proposta era voltada para as exigências de um estado regulador e assistencialista. Já nos anos 1960, passou a significar a doutrina econômica que defende a autonomia absoluta do comércio, rejeitando a intervenção estatal na economia em detrimento do crescimento econômico competitivo e de caráter privativo. De acordo com Boito Jr. (1999):

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva a intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal (BOITO JR, 1999: 45).

A instabilidade econômica desponta no início da década de 1960 e ganha força nos anos 1970, devido à crise econômica³ que o mundo estava vivendo. O capitalismo passava por uma profunda recessão, aumento da inflação e baixas taxas de crescimento econômico favoreceram a expansão da política neoliberal. As reformas desse modelo foram insuficientes, provocando uma série de impactos negativos, como a desigualdade entre as nações irrigada pelos chamados países de terceiro mundo.

A mais recente onda do neoliberalismo manifestou-se na década de 1980, com a queda do muro de Berlim e a ascensão dos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Ao minimizar os gastos sociais e baixar os impostos esses governos conseguiram frear a recessão, fruto dos tempos da política de bem estar social, e reestabelecer as taxas de crescimento econômico e a concentração de capital das elites financeiras em seus países, mesmo elevando as taxas de desemprego e empobrecendo a maior parte da população. (MARANGONI, 2006)

Alcançando suas metas nos países desenvolvidos, os ideólogos neoliberais voltaram-se para o cenário econômico latino-americano. Segundo esses teóricos, o que impedia o crescimento e a dinamicidade econômica na América Latina eram as políticas desenvolvimentistas e nacionalistas, sendo necessária uma liberalização econômica. Essas

²O liberalismo clássico, que tem como características a liberdade individual, o direito à livre iniciativa e à propriedade privada, se difere do neoliberalismo principalmente em relação à maximização da circulação de mercadorias e capital, prevendo também a desregulamentação estatal da economia e a abertura irrestrita ao capital privado.

³A crise econômica da década de 1970 tem sua origem ligada ao embargo feito pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aos Estados Unidos e aos países europeus, o que gerou uma enorme instabilidade no mercado econômico mundial.

ações foram realizadas por meio de diálogos que envolviam a renegociação das dívidas externas dos países latinos em troca da adesão ao chamado ajuste neoliberal, tudo isso intermediado por instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Já no Brasil, é formada durante o período do regime militar, entre 1964 e 1985, uma organização política e social que faz oposição a algumas das ideias neoliberais, o que consequentemente dificultou a adesão ortodoxa do país a estas políticas (BRUM, 2002). Dentre essas organizações podemos destacar os sindicatos do Novo Sindicalismo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e, posteriormente, o Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, com o insucesso no controle da inflação e o crescente endividamento do Estado Desenvolvimentista de José Sarney, em 1990 é eleito com forte apoio midiático o candidato à presidência do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) Fernando Collor de Melo, que dá início à abertura da economia brasileira e à adesão aos ideais neoliberais com seu plano de governo chamado de “Plano Brasil Novo” ou “Plano Collor”, como ficou popularmente conhecido. Após quase três anos de fracasso da tentativa de estabilização inflacionária, Collor tem seu nome envolvido no “Esquema PC Farias”, um esquema de desvio e lavagem de dinheiro público arquitetado pelo tesoureiro de sua campanha Paulo César Cavalcante Farias. Não resistindo à pressão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada pela Câmara dos Deputados, Collor teve seu impeachment aprovado e deu lugar ao seu vice Itamar Franco. Sem se afastar da política neoliberal e com a missão de reestabelecer a política de forma ética, Itamar Franco dá início ao bem sucedido plano de estabilização econômica, o chamado Plano Real, planejado pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Com a credibilidade alcançada no governo anterior, FHC sai vitorioso da disputa eleitoral de 1994. Em busca da estabilização econômica, seu governo considerou aceitável prolongar a recessão que já atingia níveis alarmantes no fim do Estado desenvolvimentista das décadas anteriores aos anos noventa (SOARES, 1999). No entanto, o impacto desse (des)ajuste⁴ previsto no pacote neoliberal que se instaurava na América Latina não atingiu de forma igualitária toda a população do Brasil. Com a diminuição dos gastos sociais e um alto direcionamento dos gastos para o mercado financeiro, onde uma parcela ínfima da população está inserida, os pobres sofreram mais com o prolongamento da crise econômica em nome do

⁴ Conceito trabalhado por Laura Soares (1999) em *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*, refere-se à regulamentação econômica prevista no ajuste neoliberal do Consenso de Washington, adotada pelo Brasil, que acabou por desajustar ainda mais o quadro social historicamente crítico do país.

combate à hiperinflação. Dessa forma é possível visualizar as ações do Estado como legitimadoras de uma supremacia por parte de uma elite financeira (CATTANI, 2009). Outra medida também muito importante da ideologia neoliberal adotada pelo Plano de Estabilização de Fernando Henrique foi à redução de gastos no setor público. O Estado deveria se ater às questões administrativas, não mais se colocando como um ator produtivo. Essa postura do governo promoveu uma liberalização radical da economia brasileira e sua abertura ao capital estrangeiro, principalmente através da venda de empresas estatais, em alguns casos com preços muito abaixo dos valores de mercado. Um acontecimento desse período que se tornou emblemático foi a venda da antiga Vale do Rio Doce, atual Vale, empresa estatal da área de mineração.

Desde então, o Brasil vem passando por profundas transformações de ordem social e econômica. As estruturas de emprego foram sendo modificadas acarretando a precarização e até mesmo a deterioração das antigas obrigações trabalhistas. O crescimento econômico não foi orientado em direção ao desenvolvimento da sociedade urbana, ou seja, grande parte da população não conseguiu se recolocar e se especializar no mesmo ritmo do mercado, levando grande contingente populacional a se submeter a condições degradantes de trabalho, como: longas jornadas, baixa remuneração, desproteção legal e instabilidade (SOUZA, 2003).

A desigualdade social atingiu níveis sem precedentes neste período, e não só dentre um segmento, mas em diversos outros níveis, como evidenciado por Cerqueira (2008):

1. Entre os países desenvolvidos e os demais países;
2. Entre as empresas (pessoa jurídica), com a formação e fortalecimento de monopólio e oligopólio e o desaparecimento (via falência, incorporação e fusão) de inúmeras empresas;
3. Entre o contingente de pessoas físicas mais ricas (em menor número) e de pobres (cada vez maior) (CERQUEIRA, 2008: 174).

Com as ações neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso afetando cada vez mais o cotidiano da classe popular brasileira, o abismo social entre os segmentos da sociedade se tornou também maior. Predominando nesta filosofia administrativa o livre mercado, a busca do lucro pelo setor empresarial e o crescimento econômico, a superexploração do trabalhador torna-se não só natural, mas também indispensável, assim como a negação de diversos direitos sociais e trabalhistas dos mesmos (ALMEIDA, 2010).

I.I - A Economia Popular como contraponto à crise estrutural neoliberal

O desemprego se configura como um dos maiores problemas das sociedades capitalistas, atingindo principalmente os mais pobres e com menos acesso à qualificação exigida pelo mercado. Nos anos posteriores ao (des)ajuste neoliberal no Brasil, principalmente nos anos 1990, percebemos níveis ímpares de desocupação profissional, o que levou as pessoas a procurarem meios próprios na busca por ganhos materiais e imateriais. Neste período as ruas das cidades se tornaram cada vez mais um local para essas pessoas encontrarem algum tipo de serviço. Os catadores de materiais recicláveis são exemplos claros desse contingente de pessoas que vivem à margem de uma sociedade desigual, excluídas do mercado de trabalho oficial, sendo obrigadas a criar estratégias de sobrevivência. Esses trabalhadores estão presentes em o todo território brasileiro, principalmente nos grandes centros urbanos, trabalhando em condições precárias, sem direitos trabalhistas, ou seja, vivendo em um contexto de exploração econômica.

O processo de urbanização e industrialização aproximou a população pobre do “lixo”, devido ao aumento de sua produção relacionado a hábitos e costumes de consumo da sociedade capitalista. Na sociedade atual ao mesmo tempo em que as pessoas consomem rapidamente, descartam com facilidade o que já não enxergam mais utilidade, os trabalhadores de materiais recicláveis referenciam esse descarte como uma oportunidade de trabalho. “Lixo” para muitas pessoas significa os restos das atividades humanas, considerados pelos geradores como inúteis, indesejáveis, ou descartáveis (JARDIM & WELLS, 1995: 23). Porém, o significado de “lixo” modificou-se, não é mais considerado como algo sem valor ou utilidade, passou a ter outra denominação, material reciclável, por meio de um processo de ressemantização, no qual é atribuída uma semântica positiva ao “lixo”, ligada aos discursos ambiental e econômico (CARMO, 2008).

De acordo com o Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável de 2013, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), o Brasil produz cerca de 140 mil toneladas de resíduos sólidos por dia, sendo grande parte desses resíduos constituída por materiais recicláveis (papéis, metais, vidros e plásticos), ou seja, passíveis de serem reutilizados ou serem transformados a partir da reciclagem. Os metais correspondem cerca de 10%, as embalagens de vidro somam 13%, enquanto os derivados de plástico ficam com 7% do total. Segundo o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE) apenas 13% do total desses resíduos recicláveis são dirigidos para reciclagem e os 87% restante são destinados a lixões e aterros controlados ou sanitários, estes

dois últimos não atendendo as normas técnicas de construção, manutenção e operação podem contaminar o meio ambiente. Lima et al. (1999) definem esses três locais de destinação dos resíduos como:

Lixão – Forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos, que consiste na descarga do material no solo sem qualquer técnica ou medida de controle. Este acúmulo de lixo traz problemas como a proliferação de vetores de doenças (ratos, baratas, moscas, mosquitos, etc., que podem transmitir leptospirose, toxoplasmose, diarreias, dengue, entre outras), a geração de odores desagradáveis e a contaminação do solo e das águas superficiais pelo chorume, que é o nome dado ao líquido proveniente da decomposição da matéria orgânica.

[...] Aterro controlado – Aterro que tem por finalidade dar destinação final aos resíduos sólidos urbanos de forma mais adequada, reduzindo os impactos ambientais, pois nele o lixo é compactado e coberto por uma camada de terra. [...]

Aterro sanitário – Processo de disposição final de resíduos sólidos no solo, segundo critérios de engenharia e normas operacionais específicas, permitindo um confinamento seguro e evitando riscos à saúde pública e ao meio ambiente. Os resíduos são dispostos em terrenos impermeabilizados, compactados e recobertos em seguida. Devem existir sistemas para o tratamento do chorume e para drenagem dos gases formados pela decomposição do lixo depositado (LIMA et al., 1999);

Segundo a Pesquisa sobre Pagamentos por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos (2010), dentre os locais citados, o aterro sanitário é a opção menos agressiva ao meio ambiente, porém do ponto de vista da reciclagem, a destinação dos resíduos a esse local é considerada inadequada. Os materiais recicláveis não passando por uma triagem serão enterrados com resíduos orgânicos, impossibilitando sua reciclagem.

No ano de 2012 o Instituto CEMPRE realizou a pesquisa Ciclossoft⁵ que anunciou que dos 5.565 municípios brasileiros, 766 realizavam coleta seletiva, ou seja, apenas 14% dos municípios contam com o serviço de coleta de resíduos sólidos de forma seletiva, o restante realiza a coleta regular, o que dificulta o reaproveitamento dos materiais recicláveis na indústria de reciclagem. Coleta Seletiva significa remover os resíduos previamente separados pelo gerador, tais como, latas, vidros e outros (ABNT). Dentre as muitas opções técnicas desenvolvidas nos últimos anos, a coleta seletiva tem se mostrado uma alternativa viável e econômica para o gerenciamento de resíduos sólidos, pois através da conscientização dos indivíduos envolvidos, permite a seleção e o encaminhamento de diferentes materiais ao processo de reciclagem (JARDIM e WELLS, 1995).

A separação dos materiais recicláveis também reduz a utilização de recursos naturais e energia na produção de bens e diminui a contaminação dos solos e da água pela disposição inadequada dos resíduos. O estudo realizado pelo Ipea sobre a situação das Catadoras e dos

⁵Ciclossoft é uma pesquisa realizada pelo Compromisso Empresariam para Reciclagem (Cempre) que tem por objetivo demonstrar quais cidades brasileiras desenvolvem programas municipais de coleta seletiva. A coleta de dados é realizada em anos alternados através de visitas técnicas e questionários feitos às prefeituras.

Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (2013) concluiu que se o Brasil disponibilizasse todo material reciclável produzido para a reciclagem movimentaria cerca de R\$ 8 bilhões por ano em sua economia. O processo de reutilização de matérias primas promove, além de benefícios econômicos e ambientais, benefícios de ordem social. Através dessa dinâmica de reaproveitamento dos resíduos é possível gerar renda para as camadas mais pobres da sociedade que recolhem os rejeitos recicláveis do espaço urbano.

O trabalho com materiais recicláveis é uma opção de ganho para milhares de pessoas no Brasil, porém esses trabalhadores não são valorizados por grande parte da sociedade, mesmo que contribuam com a conservação do meio ambiente e com a limpeza das cidades. São estigmatizados por exercerem uma atividade de pessoas consideradas marginalizadas, que vivem em situação de pobreza e que de alguma forma não estão inseridas integralmente na sociedade. A não dissociação do cidadão/catador da matéria prima do qual extrai sua sobrevivência e também por muitas vezes serem moradores e exercerem suas funções na rua leva-os a serem considerados como não cidadãos. De acordo com Santos (1987)

[...] cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. [...] A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (Santos,1987:81).

Nesse sentido, demonstra Arruda (2000), a referência de cidadania no Brasil não está “ancorada na práxis de uma cidadania ativa e plena” (ARRUDA, 2000:53-54). Os processos de integração social têm relação com o direito conferido pelo Estado, em consonância aos padrões relacionados com processo de produção. Sendo assim, a formação da cidadania, não poderá ser alcançada através do trabalho, se este for pautado por relações de grande desigualdade, injustiça e desvalorização dos próprios trabalhadores.

É recorrente na literatura econômica empregar esforços para analisar atividades que se encaixam na lógica mercadológica normativa do capitalismo neoliberal. Não fazem parte destes estudos econômicos, análises em relação ao potencial de impacto social ou ambiental de tais atividades, o que concebe uma dinâmica econômica descolada da realidade, desconsiderando as demais esferas da vida humana. Essa lógica acaba por também excluir do cenário econômico algumas atividades do setor popular da sociedade como as de subsistência ou domésticas, pois no capitalismo pós-ajuste somente são classificados como atividades econômicas legítimas as atividades devidamente registradas e capitalizadas (EMMERICK, 2010).

Assim, mais que medir a informalidade “socialmente necessária ao capital” o desafio é trazer à superfície os elementos de uma economia cuja racionalidade não se caracteriza pela acumulação de capital, mas pela reprodução da própria vida (TIRIBA, 1999: 01).

Caracterizando como Economia Popular o conjunto de atividades econômicas que excedem os limites do mercado oficial podemos citar como exemplo o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, haja vista que esse setor é fruto do trabalho de uma parcela da sociedade que não teve acesso a empregos assalariados e que usa de sua própria força e dos recursos disponíveis para sobreviver ou complementar seus baixos salários.

É importante também ressaltar que as ações econômicas empreendidas dentro da lógica da Economia Popular não são as mesmas da chamada economia informal. Em meio a um cenário econômico multifacetado pelo avanço neoliberal no Brasil já não é possível se ater aos conceitos de "formal" e "informal" para se analisar essas práticas de trabalho. Segundo Icazza e Tiriba (2003):

Os conceitos de economia formal e economia informal não são suficientes para explicar a complexidade das relações sociais, o conceito de economia popular nos ajuda a diferenciar a racionalidade das formas de fazer a economia. De acordo com o conceito de economia popular, tendo os trabalhadores a posse e/ou a propriedade individual ou associativa dos meios de produção, ao invés do emprego da força de trabalho alheio, o princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir não apenas a subsistência imediata como também para produzir um excedente que possa ser trocado, no mercado da pequena produção mercantil, por outros valores de uso. Não se caracterizando pelo investimento de capital, mas pelo investimento em força de trabalho, o trabalho se constitui no principal fator de produção, constituindo-se como a gênese e, ao mesmo tempo, resultado do conjunto dos demais fatores do processo de produção de bens e serviços (ICAZZA e TIRIBA, 2003: 104).

Atividades ocorridas na economia informal, diferentemente das da economia popular, compreendem trabalhos em que a força de trabalho é vista dentro da ótica mercadológica, como um produto. Assim, mesmo não registrada dentro das ações empresariais formais e não pagando os devidos impostos à União, as transações econômicas do setor informal agem de forma indireta fortalecendo o grande setor capitalista, pois se valem de seus serviços e bens. Os agentes que buscam o lucro e alimentam a desigualdade social acabam por usar a economia informal como outra via de escoamento de sua produção, onde os que não têm acesso a um emprego formalizado são explorados. Os catadores, artesãos e diversos outros trabalhadores individuais ou de empreendimentos da economia popular se valem de recursos do meio em que vivem para gerar renda autonomamente, fazendo um contraponto às atividades da economia informal e também aos empresários.

CAPÍTULO II – As Organizações dos Catadores de Materiais Recicláveis e as Políticas do Setor da Reciclagem

Diante de tantas contradições sociais, de negação de direitos e invisibilidade social, os catadores de materiais recicláveis vêm buscando se articularem coletivamente com base em diferentes formatos organizacionais, visando reunir forças para lutar por espaço na arena pública e política, de forma a ressignificar a função social do seu trabalho.

As primeiras experiências de organização que os catadores tiveram foram na cidade de São Paulo em 1986, com o apoio das irmãs da Fraternidade das Oblatas de São Bento ligadas a Organização de Auxílio Fraternal (OAF), que reuniu esses trabalhadores que na maioria eram moradores de rua para formar a Associação dos Catadores de Papel, posteriormente tornou-se a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare) em 1989. Os catadores como grupo organizado iniciaram suas mobilizações frente aos atos de violência e repressão por parte do poder público, como, por exemplo, com a realização de uma marcha pelas principais ruas da capital, exigindo a liberação da circulação dos seus carrinhos, instrumento de trabalho no centro da cidade. (PEREIRA, 2011)

As manifestações dos catadores na década de 1980 foram fortalecendo e motivando catadores de várias outras cidades brasileiras. Outra experiência de organização dos catadores foi na cidade de Belo Horizonte- MG, quando algumas irmãs beneditinas da OAF foram até a capital mineira em 1987 para atuarem na Pastoral de Rua, fazendo um trabalho sócio-pedagógico com as pessoas em situação de rua, que tinham como fonte de sobrevivência o material reciclável. Esse processo impulsionou em 1990 a criação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis (ASMARE), que se tornou uma das maiores cooperativas do Brasil, chegando a possuir uma usina de reciclagem auto gestonária, ou seja, administrada pelos próprios catadores. A ASMARE foi formada com dez catadores, hoje mais de trezentas pessoas fazem parte dessa associação (PEREIRA, 2011). Em 1998 criou-se o “Fórum Nacional de Lixo e Cidadania”, coordenado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), tendo como objetivo central o lançamento da campanha “Criança no Lixo Nunca Mais”, que partiu da pesquisa realizada neste mesmo ano pela UNICEF quando detectou que 45 mil crianças de famílias brasileiras trabalhavam catando materiais recicláveis nos lixões e nas ruas, sem frequentar a escola (OLIVEIRA, 2011). Outro objetivo era a capacitação dos catadores no gerenciamento dos resíduos sólidos. O Fórum foi

crescendo ao longo dos anos e hoje é organizado em diferentes esferas - nacional, estadual e municipal, abrangendo tanto a sociedade civil, como segmentos privados e do poder público (Santos et al., 2011).

No ano de 1999 foi realizado o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitáveis em Belo Horizonte - MG, neste mesmo evento foi criado o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNRC), mas só em junho de 2001 que o movimento foi formalizado, em Brasília - DF, durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. O evento reuniu mais de 1.700 catadoras e catadores. Neste encontro foi elaborado um documento chamado Carta de Brasília, no qual instituíram as principais diretrizes do movimento, além de expressar as necessidades das pessoas que sobrevivem da coleta dos materiais recicláveis. Além da elaboração das principais diretrizes, também se destacaram três elementos das principais exigências reivindicadas pelo movimento: 1) ações reivindicativas em relação ao Poder Executivo, exigindo a garantia de que os catadores tivessem acesso a recursos e subsídios; 2) a criação de aparelhos institucionais que garantissem prioridade aos catadores, por via das cooperativas, para realizarem o processo de reciclagem, e 3) a exigência do reconhecimento da população de rua, por meio de sua inclusão no censo demográfico nacional desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outro evento que contribuiu para que o trabalho dos catadores de materiais recicláveis ganhasse visibilidade foi o “Festival Lixo e Cidadania” que teve seu início também em 2001 na capital mineira. Desde então, o evento passou a ser realizado todos os anos, com o objetivo de proporcionar uma troca de experiências sobre temáticas que envolvem o universo dos catadores de diferentes regiões do Brasil (PEREIRA, 2011).

Apesar das dificuldades, os catadores com o apoio do MNCR conquistaram e continuam conquistando avanços ao longo de sua história. Hoje, o Movimento é reconhecido como a maior organização brasileira de representação desta classe trabalhadora. Um marco na luta dos catadores foi o reconhecimento de sua atividade profissional pelo Código Brasileiro de Ocupações (CBO), através da Portaria de nº 397 do Ministério do Trabalho e Emprego, publicado no dia 9 de outubro de 2002. Com o crescimento da organicidade do MNCR e o número de adesões cada vez maior, as possibilidades de negociação com o poder público para a implementação de políticas públicas e leis que atendessem as demandas do movimento também aumentaram.

A lacuna legislativa até então existente no Brasil dava margem a grandes distorções na solução deste grave problema. Com efeito, a ausência de uma lei, regulando uma política nacional de resíduos sólidos, deixava os entes federados com razoável

liberdade para definir prioridades, estabelecer restrições e incentivos a atividades empreendedoras. Tal liberdade acabou por provocar certo desequilíbrio entre os procedimentos adotados em distintos municípios e estados da federação (SIQUEIRA, 2012: 03).

Nos últimos anos, principalmente no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁶, ex-líder sindical que teve como base do seu mandato a diminuição da desigualdade social no Brasil, intensificaram-se as medidas em apoio aos catadores. As preocupações com o meio ambiente relacionadas à produção exacerbada de resíduos sólidos somados à questão social que envolve a gestão pública dos mesmos levaram diversos segmentos da sociedade a pressionarem o governo em busca de soluções.

[...] a conjuntura desta década se diferencia da década de 1990 em diversos aspectos tais como: retomada, ainda que de forma problemática, da agenda do desenvolvimento; alteração substantiva da política externa e da postura perante as privatizações; recuperação, mesmo que relativa, do Estado na sua face social; diminuição do desemprego aberto, mesmo que tanto os dados quanto o conceito de emprego possam ser questionados; aumento real do salário mínimo (ainda que permaneça mínimo); relação distinta com os movimentos sociais, não mais demonizados nem tomados como caso de polícia; e ampliação intensa de políticas e programas direcionados à grande massa não organizada que vivia abaixo da linha da pobreza ou num nível elementar de sobrevivência e consumo (FRIGOTTO, 2011: 240).

No ano de 2003, foi criado o Decreto Presidencial do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, que tinha como metas: o combate à fome; a inclusão social dos catadores; a erradicação dos lixões; garantia de melhores condições de vida e trabalho à população catadora de resíduos; o apoio à gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos municípios; as articulações políticas voltadas a essa classe de trabalhadores e a definição de mecanismos de monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas (Casa Civil da Presidência da República, 2003⁷). Outra medida implementada foi criação do Decreto nº. 5.940 de 2006, que prevê que todas as repartições da administração pública direta ou indiretamente devem fazer coleta seletiva e doar os materiais para cooperativas de catadores.

No ano seguinte foi alterada a Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB) por meio da Lei nº. 11.445 de 2007, que permite que as repartições públicas contratem com dispensa de licitação as organizações de catadores de recicláveis para a prestação de serviços de coleta seletiva possibilitando dessa forma a sua remuneração e o apoio aos catadores

⁶No programa de governo de Luiz Inácio da Silva, no capítulo crescimento, emprego e inclusão social, é tratada a questão da inclusão social aliada à justiça ambiental, prevendo a valorização de iniciativas organizadas da sociedade civil que dessem suporte a esta meta de seu governo, como a dos catadores de materiais recicláveis.

⁷Casa Civil da Presidência da República – Subchefia para assuntos jurídicos: Decreto de 11 de setembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9975impressao.htm.

ligados à inclusão social e produtiva pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em 2 de agosto de 2010 foi aprovada a Lei 12.305 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Ela possui uma visão sistêmica, pois trabalha três vieses: ambiental, social e econômico. Essa lei tramitou no Congresso Nacional durante 20 anos e representa um grande avanço no que se refere à problemática da gestão dos resíduos sólidos urbanos, pois ela estabelece que todos os municípios brasileiros promovam em dois anos, a partir da sua promulgação a criação de um plano municipal de gestão dos resíduos sólidos e em um prazo de quatro anos a extinção dos lixões e a implantação de um sistema de coleta seletiva com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis. Essa política envolve a participação de todas as esferas, desde os fabricantes/produtores até os consumidores, todos diante desta Lei têm responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos resíduos gerados. Ao mesmo tempo em que a PNRS é considerada um progresso, ela se constitui em um grande desafio, pois grande parte dos municípios brasileiros ainda não destina corretamente seus resíduos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos se constitui num instrumento de valorização dos catadores de materiais recicláveis, visto que permite a contratação dos mesmos. Baptista (2013) recorda que: “Os catadores, desde sempre, fizeram a destinação adequada dos resíduos sólidos gratuitamente ao poder público e à sociedade, em condições precárias, sendo marginalizados por ambos por realizarem tal serviço” (BAPTISTA, 2013: 11).

É válido ressaltar que antes da aprovação dessa Lei, diversos estados brasileiros criaram legislações de ordem estadual no que tange o gerenciamento dos resíduos sólidos incluindo os catadores de materiais recicláveis, a exemplo, podemos citar o estado do Rio Grande do Sul, primeiro a instituir sua política, seguido por Paraná, Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, São Paulo, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba e Piauí (Ipea, 2013).

Outra conquista que os catadores obtiveram foi a aprovação do Programa Pró-Catador, referente ao Artigo 2º do Decreto de nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, que tem como intuito promover e unificar as seguintes demandas necessárias para que os catadores tenham melhores condições de vida e trabalho:

- I - capacitação, formação e assessoria técnica;
- II - incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem;
- III - pesquisas e estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- IV - aquisição de equipamentos, máquinas e veículos voltados para a coleta seletiva, reutilização, beneficiamento, tratamento e reciclagem pelas cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

V - implantação e adaptação de infraestrutura física de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - organização e apoio a redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VII - fortalecimento da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem;

VIII - desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à agregação de valor ao trabalho de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis;

IX - abertura e manutenção de linhas de crédito especiais para apoiar projetos voltados à institucionalização e fortalecimento de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. (Casa Civil da Presidência da República, 2010⁸).

Com a manutenção do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Federal, a nova presidente, Dilma Rousseff, eleita em 2010, deu sequência à promoção de ações de suporte ao segmento dos catadores, inserindo-os no Programa de Combate à pobreza do Plano Brasil sem Miséria (PBSM), que tem por objetivo atender as três linhas orientadoras: i) inclusão produtiva; ii) transferência de renda; e iii) acesso a serviços. (Cartilha de Intermediação de Mão de Obra Brasil sem Miséria⁹, 2012) As medidas da linha “inclusão produtiva” do Programa seriam administradas em vários eixos, como: fomento ao estabelecimento de redes de comércio; inserção justa do catador na cadeia da reciclagem; estruturação dos ambientes e adequação das condições de trabalho e formação técnica.

A fim de sanar as demandas de gestão dos resíduos urbanos da PNRS, alguns estados e municípios brasileiros estão desenvolvendo ações em prol do desenvolvimento da cadeia produtiva da reciclagem. Em detrimento disso, o estado de Minas Gerais criou o Programa Bolsa Reciclagem (Lei nº. 19.823/2011), que tem por objetivo a inclusão dos catadores e a valorização do trabalho de utilidade pública feito por eles através do fortalecimento de suas organizações populares.

No entanto, as conquistas do movimento organizado dos catadores ainda não chegam a todos os trabalhadores que compõem esse setor, principalmente aqueles desvinculados de quaisquer formas de representação. Na maioria dos casos o acesso aos benefícios é burocrático e, como muitos catadores necessitam de apoio técnico, os recursos não chegam a eles. Um número expressivo de catadores ainda trabalha de forma individual. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada estima-se que 400 mil trabalhadores estão inseridos no segmento da reciclagem, porém o número de catadores brasileiros organizados

⁸ Casa Civil da Presidência da República – Subchefia para assuntos jurídicos: Decreto Nº 7.405 de 23 de dezembro de 2010, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm.

⁹ Os objetivos do Programa Combate a Pobreza do Plano Brasil sem Miséria consta na Cartilha de Intermediação de Mão de Obra Brasil sem Miséria, 2012. Disponível em: http://www.brasilsemiseria.gov.br/documentos/cartilha_mao_de_.

em cooperativas ou associações ainda é baixo, chegando a apenas 10% (Ipea. 2010). Há diversos fatores que influenciam para que esta situação ocorra. Um deles é a não adaptação ao ritmo de trabalho imposto pelo sistema capitalista, fato que ganha peso devido a parte desses trabalhadores ter passado pelo processo de êxodo rural e ter tido em um passado recente maior autonomia em relação à duração de sua jornada de trabalho. Outro ponto importante para a desarticulação dos catadores é a situação de baixa escolaridade e vulnerabilidade social em que eles se encontram o que muitas vezes inviabiliza o acesso à formação ou à assistência técnica necessária para o gerenciamento de uma cooperativa/associação e para o entendimento acerca dos papéis dentro de um empreendimento coletivo.

O trabalho em rede tem se mostrado uma medida positiva desenvolvendo novas formas de pensar e fazer política. A presença desses atores sociais em organizações tem colaborado para formação de uma identidade coletiva, que contribui para que a profissão tenha mais visibilidade, abrindo portas para participação dessa classe trabalhadora no jogo político e na vida pública (ALVES, DAGNINO et al., 1998; SADER,1998). Essa medida contribui no combate à exploração dos mesmos em relação à venda dos materiais recicláveis, pois como o volume produzido não atende a demanda de mercado da indústria recicladora, torna-se antieconômico buscarem pequena quantidade. Vale ressaltar que a rentabilidade dos catadores depende da cotação dos preços, da qualidade e quantidade dos materiais recicláveis, período do ano, além da negociação com os compradores (BURGOS, 2008). Esses fatores contribuem para que esses trabalhadores fiquem reféns dos atravessadores intermediários, visto que estes barganham um menor preço para os materiais triados, o que acaba diminuindo a rentabilidade do processo de produção. Segundo Rodriguez (2004), os intermediários se beneficiam da maior parte dos recursos econômicos decorrentes da venda dos resíduos recicláveis, enquanto o salário dos catadores é geralmente inferior ao salário mínimo nacional. Sendo assim, a renda gerada na cadeia da reciclagem é distribuída de forma desigual, em que a base da pirâmide composta pelos catadores, que envolve o maior número de pessoas, possui a menor remuneração e os atravessadores e as indústrias, que ocupariam respectivamente o setor intermediário e o topo da pirâmide empregam poucos trabalhadores e ficam com a maior parte do lucro.

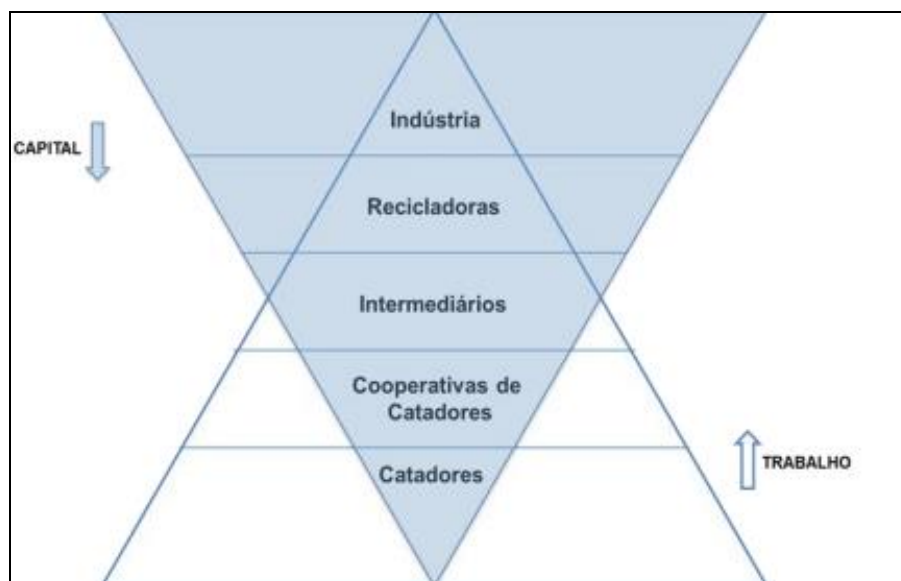


Figura 1- Modelo de relação capital/trabalho baixa nas atividades de catadores de materiais recicláveis. Fonte: MNCR (2009) adaptado por Gonçalves-Dias (2009).

No entanto, outro problema surge quando os empreendimentos coletivos desse setor popular têm sua coesão posta em xeque. Muitas sessões do Poder Público, em decorrência das obrigações municipais em relação ao tratamento e manejo dos resíduos sólidos, fomentaram a criação de associações que não tinham em seu quadro trabalhadores que demandassem produzir de forma colaborativa, o que acarreta uma série de problemas organizacionais e administrativos. O não entendimento por parte desses trabalhadores acerca das funções representativas de um empreendimento popular de gestão coletiva compromete a luta por direitos previstos nas políticas públicas instauradas nos últimos anos. Essa situação pode ser percebida em Viçosa, particularmente na Associação de Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa – ACAMARE.

CAPÍTULO III – A organização da coleta seletiva em Viçosa

O município de Viçosa está localizado na Zona da Mata de Minas Gerais. De acordo com a publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Diário Oficial da União, no dia 29 de agosto de 2013, tem sua população estimada em cerca 76.746 habitantes, sendo que este número não engloba a população flutuante do município que é de aproximadamente 15 mil pessoas, majoritariamente composta por estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

De acordo com o artigo “Levantamento e Diagnóstico das Condições Socioeconômicas e Culturais dos Catadores de Lixo e do Mercado de Recicláveis no Município de Viçosa-MG” (MAGALHÃES, MAGALHÃES & MATOS) disponível no site da autarquia Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), no início dos anos 2000, a população viçosense urbana produzia em torno de 40 toneladas de resíduos por dia, que eram direcionadas ao “lixão” da cidade. Grande parte desses resíduos era composta por materiais recicláveis, o que atraía muitas pessoas em situação de grave pobreza para este local, com o intuito de obter renda através da catação e venda dos mesmos.

Em meio a crescente preocupação dos órgãos públicos em relação aos danos ambientais e sociais causados pela superprodução de resíduos nas zonas urbanas e pela sua destinação inadequada, algumas ações foram desenvolvidas para a melhoria deste quadro. Dentre essas medidas está a Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM nº 52, de 14 de dezembro de 2001, que prevê o fechamento dos depósitos de “lixo” a céu aberto, que influenciou diretamente a nova dinâmica da coleta de resíduos em Viçosa.

As primeiras iniciativas do Poder Público Municipal no sentido de solucionar a problemática da destinação dos resíduos sólidos da população viçosense aconteceram no ano de 2002, quando o “lixão” foi fechado para dar lugar a um aterro controlado, que em 2014 foi transformado em aterro sanitário. No mesmo ano, de uma parceria da UFV e da PMV, inaugurou-se a Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa, localizada na BR 120, Km 284. Desde então parte dos resíduos gerados na cidade passaram a ser destinados a este local.

Pesquisando o acervo do Projeto InterAção, programa extensionista da UFV cujo objetivo é desenvolver a implantação da coleta seletiva em Viçosa e fortalecer o grupo de trabalhadores da Usina, pude analisar uma entrevista com Antônio Mendes, antigo funcionário do Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura de Viçosa, realizada pelas estagiárias do programa Kátia Gomes e Ana Maria Rodrigues. Nesta entrevista (anexo 01) ele

relata que foi designado pela prefeitura para retirar os catadores do “lixão” e convencê-los a irem trabalhar na Usina. De acordo com Mendes:

Nem todos aceitaram a proposta. Foi muito difícil convencê-los. Para lidar com eles era necessário se inserir na realidade deles, mostrar eles que podiam confiar em mim. Eles tinham medo de que os tirassem do “lixão” com várias promessas e nada fosse cumprido. Havia muitos catadores trabalhando e vivendo ali. A maioria era morador do Carlos Dias e da Colônia Vaz de Melo, mas preferiram ir morar no “lixão”. Era uma forma de proteger o que era deles, o material que eles haviam recolhido. Era desumano, havia muitos riscos, vidro quebrado, proliferação de animais e doenças, eles se alimentavam do “lixo” (Entrevista realizada com ex-funcionário do Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura de Viçosa, Antônio Mendes, no dia 12/02/2014).

Estima-se que cerca da metade deles aceitou a proposta. Outras pessoas que não trabalhavam no “lixão” ao saberem da oportunidade de renda também foram trabalhar na Usina, todos caracterizados por uma situação de vulnerabilidade social. Há também nas entrevistas realizadas por mim, relatos de uma ex-catadora do “lixão” em consonância com a entrevista do ex-funcionário do Departamento de Limpeza da Prefeitura.

“Eu entrei para trabalhar aqui tem muito mais de 10 anos, saí do lixão há mais de 10 anos. Trabalhei de carteira assinada na Vila São Vicente de Paulo, fazendo sopa para criança. Saí porque eles não iam ter mais serviço pra mim, ai como eu sabia que ia abrir a Usina, eu ficava trabalhando meio período na Vila depois ia para o lixão catar, morava lá em Nova Viçosa e ia lá pro lixão catar. Depois vim pra cá” (Entrevista realizada com a catadora da ACAMARE Rosa no dia 25/07/2014).

Apesar das iniciativas tomadas pelo poder público no que diz respeito ao espaço físico de destinação dos resíduos sólidos, a quantidade gerada na cidade continuou aumentando proporcionalmente ao crescimento da população e é estimada em 55 toneladas diárias pelo SAAE, em 2014. As condições de trabalho na Usina não eram muito diferentes das encontradas no “lixão”, os materiais chegavam misturados e em péssimas condições de manipulação, o que dificultava sua venda.

Continuou quase a mesma coisa de quando ia pro “lixão”. Quase todo o “lixo” da cidade passou a ir para a Usina e chegava tudo misturado, não ocorria a coleta seletiva. Isso pouco mudou as condições de trabalho de quem triava, eles tinham que lidar com animais mortos, muita comida, tudo muito misturado (Entrevista realizada com ex-funcionário do Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura de Viçosa, Antônio Mendes, no dia 12/02/2014).

Além de lidar com um ambiente insalubre, os trabalhadores encontravam outras dificuldades. A falha no fornecimento de serviços básicos para o funcionamento da Usina e a falta de manutenção dos equipamentos, ambas responsabilidades da PMV, inviabilizavam uma melhoria concreta do serviço de coleta de resíduos da cidade.

Foi por isso que ocorreram os “panelaços”. Quando faltava água ou a prensa quebrava e nada era feito, eles iam para a porta da Prefeitura bater panelas e reivindicar (Entrevista realizada com ex-funcionário do Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura de Viçosa, Antônio Mendes, no dia 12/02/2014).

Em maio de 2008, a PMV firmou convênio com a UFV/ Projeto InterAção de nº015/2008. O Projeto iniciou o trabalho da coleta seletiva em seis localidades piloto, no Complexo Acamari, Vila Alves, condomínio Amorelo e Burle Marx, Alameda Fábio Ribeiro Gomes, Ana Catarina e edifício João XXIII, que ao longo dos anos foram se expandindo por mais bairros, condomínios e escolas. O projeto realiza diversas ações e intervenções junto à comunidade visando à sensibilização em relação à problemática do aumento dos resíduos sólidos, acompanhamento das localidades atendidas pela coleta seletiva e do caminhão que recolhe os materiais recicláveis e visitas técnicas à Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa. Sendo assim, o Projeto trabalha de forma contínua com a educação ambiental da comunidade, por meio de diversos trabalhos e dinâmicas nos momentos de implantação, consolidação e expansão da coleta seletiva.

Ainda em 2008, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP/UFV), programa de extensão que tem suas atividades voltadas para o apoio técnico emancipatório a empreendimentos populares coletivos culminou a formalização dos catadores¹⁰ da Usina enquanto uma associação, a ACAMARE (Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa), seu estatuto interno e também o cadastro da mesma como pessoa jurídica (CNPJ).

No ano 2010, a PMV transferiu ao SAAE a responsabilidade pela limpeza pública municipal. Essa transferência de titularidade foi aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores no dia 28 de dezembro de 2009 através de Lei Nº 2.002/2009, mas somente no início de 2011 o SAAE passou a levar somente os materiais recicláveis à Usina.

Ao que consta o gerenciamento dos resíduos sólidos custa aos cofres públicos aproximadamente 310 mil reais/ mês que são repassados para autarquia. A origem dos recursos é estipulada por meio da lei 2.002/2009 que estabelece o repasse do valor da Prefeitura ao SAAE (MAGALHÃES apud FIGUEREIDO, 2011:42).

O SAAE é responsável pela logística, pela gestão dos resíduos sólidos e pela manutenção da Usina. O Projeto InterAção, através de ações de extensão participa na implantação e consolidação da coleta seletiva, além do apoio a ACAMARE na disputa por espaço na arena pública e política por meio de contínuas sensibilizações da comunidade

¹⁰ Nesta pesquisa as trabalhadoras da ACAMARE são denominadas *catadoras*, pois apesar de não realizarem a catação do material reciclável, e sim sua triagem, de acordo com o Código Brasileiro de Ocupações (CBO) as atividades de catação de ferro-velho, papel, papelão, sucata, vasilhame, enfardamento de sucata e separação/triagem de sucata são próprias do trabalho do catador. Disponível em: http://www.mnrc.org.br/box_2/instrumentos-juridicos/classificacao-brasileira-de-ocupacoes-cbo.

viçosense e intermédio no diálogo com o poder público Municipal. Por fim, a ACAMARE é responsável pela triagem, beneficiamento e comercialização dos materiais recicláveis.

Atualmente, 19 trabalhadores compõem a ACAMARE, sendo 5 homens e 14 mulheres. Em sua maioria são mulheres negras e em situação de pobreza, com idade avançada, que tiveram que começar a trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da casa. De acordo com os entrevistados, a pessoa que começou a trabalhar mais tarde, tinha apenas 13 anos de idade.

Na verdade a gente não tinha nem idade né?! Tinha que trabalhar para ajudar dentro de casa, então na verdade comecei a trabalhar com 13 anos. Comecei a trabalhar cuidando dos meus irmãos pra minha mãe trabalhar, que também é um trabalho né?! E também ajudando ela na lavoura de café (Entrevista realizada com a catadora da ACAMARE Lúcia Maria no dia 24/07/2014).

Historicamente o número de mulheres assalariadas é menor que o de homens. Nos anos 1990, com o crescimento do desemprego e a precarização do trabalho, houve uma significativa inserção das mesmas em serviços autônomos, informais e domésticos (MONTALI, 2000). A discriminação em relação à raça e gênero no mercado de trabalho tem relação com a pobreza. Ainda que as mulheres tenham em média nível educacional superior a dos homens, a tendência é que elas se ocupem com trabalhos que paguem baixos salários e com possibilidades mínimas de ascensão profissional (MARCONDES, 2013).

O trabalho dos associados da ACAMARE depende exclusivamente da separação dos resíduos recicláveis. Das 48 localidades já atendidas pelo planejamento municipal de reciclagem e da UFV, que passou a destinar seus resíduos recicláveis à Usina em 2011, a partir de uma determinação do Ministério Público baseada no Decreto de nº5.940 de 2006, em que os órgãos e entidades da administração pública federal devem destinar os materiais recicláveis às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. A venda desses materiais é quase que a única fonte de renda dos trabalhadores, não contando os complementos de renda dos programas sociais do governo.

Tenho a bolsa família, mas só que a bolsa sozinha não dá não. Passa apertado, tem que pagar água, luz tudo por minha conta, compra, é muito apertado, quatro lotação que eu pego, nossa ninguém aguenta não (Entrevista realizada com a catadora da ACAMARE Rosa no dia 25/07/2014).

Muitos associados percebem o trabalho na Usina como uma ocupação temporária, pois além de não lhes garantir quaisquer direitos trabalhistas, ainda sofrem discriminações tanto de ordem socioeconômica, quanto simbólica, estigmatizados por exercerem uma atividade de pessoas consideradas “excluídas” e pertencentes a uma camada social dotada de

características sub-humanas. A imagem negativa da sociedade sobre os catadores interage com a autoimagem que ele formou de si próprio. Quando não estão organizados, são vistos como marginais à sociedade. No entanto, ao se organizarem, também sofrem discriminações (VELLOSO, 2005: 11). Esses diversos fatores contribuem para que ocorra alta rotatividade de integrantes no grupo, que veem qualquer emprego fora da Usina como melhor oportunidade de geração de renda. Dos cinco associados da ACAMARE entrevistados nesta pesquisa o que havia avançado mais em seus estudos parou de estudar na 5ª série do Ensino Fundamental.

Ao contrário do que podemos imaginar a existência do trabalho na catação dos resíduos sólidos recicláveis nas cidades não é fruto da vontade e da ação dos próprios trabalhadores. De fato, esse trabalhador completa e faz parte de uma engrenagem muito mais ampla e complexa do que podemos imaginar ou conceber a partir da observação empírica e superficial das atividades e das condições de vida desses trabalhadores (LEAL et al, 2002:180).

Por viverem em condições severas de pobreza ou situação de exploração econômica e, principalmente, por estarem desempregadas por um longo período, sem esperanças de encontrar uma nova ocupação, essas pessoas inserem-se no trabalho com resíduos recicláveis, pois essa atividade, como enfatiza Gonçalves (2000), além de oferecer aos trabalhadores alguma remuneração, se torna a única forma restante de garantia da própria sobrevivência e dos familiares numa lógica considerada socialmente como honesta, ou seja, a do trabalho.

“Tem 12 anos que estou na Usina. Na época que eu fui chamada pra aqui eu estava desempregada. Aí, o Antônio Mendes que trabalhava aqui, não sei se você conheceu. Eu estava parada, aí ele me perguntou se eu queria vir trabalhar aqui, aí eu vim e aqui eu estou até hoje.” (Entrevista realizada com a catadora da ACAMARE Conceição no dia 23/09/2014).

Porém, mesmo exercendo atividades moralmente aceitas, os catadores não abandonam a condição de pobreza, mas assumem aspecto de normalidade ou de naturalidade, ilustrando a afirmação de que ser pobre não é apenas ganhar menos do que uma soma arbitrariamente fixada, ser pobre é participar de uma situação estrutural, com uma posição relativamente inferior dentro da sociedade como um todo. Essa condição se amplia para um número cada vez maior de pessoas. O fato, porém, é que a pobreza, tanto quanto o desemprego, agora são considerados como “naturais”, inerentes aos próprios processos (SANTOS, 2000: 20).

Analisando as planilhas do “Demonstrativo de Resultado e Distribuição da Sobra”¹¹ da associação, elaboradas com o auxílio da equipe do Projeto InterAção é notável o fato de que a remuneração dos trabalhadores é dividida igualmente entre eles, porém o mesmo varia

¹¹O Demonstrativo de Resultado e Distribuição da Sobra é um documento que reúne a receita e as despesas de um período da associação, servindo de base para a divisão da sobra do dinheiro obtido com as vendas dos materiais recicláveis entre os associados.

de acordo com a quantidade de materiais recicláveis destinados a Usina, o número de dias trabalhados e a venda total do mês. A jornada de trabalho é em média de oito horas por dia e a divisão das tarefas é acordada em grupo levando em consideração o número de trabalhadores presentes no dia e a demanda específica de cada atividade.

Em relação a rotina de trabalho da ACAMARE, diariamente o caminhão do SAAE deposita o material reciclável em uma área receptora da Usina. Logo, os trabalhadores encaminham esses materiais com a ajuda de uma enxada para a esteira, onde posteriormente é feita uma seleção manual dos resíduos (triagem). Após a separação dos materiais plásticos, papéis, alumínio/demais metais, papelão e vidro, esses materiais são depositados em um recipiente denominado “bag”, e são selecionados de acordo com suas características (como a cor, por exemplo) para que depois possam ser prensados e enfardados. Na maioria das vezes a locomoção dos “bags” e a prensagem dos materiais são trabalhos feitos por homens, por serem considerados “trabalhos pesados”, mas na ausência deles o trabalho é revezado entre as mulheres. O carregamento dos fardos até agosto de 2014 era também feito manualmente pelos homens, mas uma empilhadeira foi adquirida pela verba anualmente cedida pela Prefeitura Municipal a algumas organizações e instituições da cidade que são selecionadas pela Câmara Municipal por realizarem algum trabalho de utilidade pública.

As mulheres realizam grande parte do trabalho da Associação, além das atividades do processo de beneficiamento dos resíduos também acumulam as funções administrativas e de representatividade do grupo. Na ACAMARE, atualmente, tanto o cargo de presidente quanto o de Tesoureira são ocupados por mulheres.



Figura 2: Triagem dos materiais recicláveis na esteira (realizado pelos associados da ACAMARE). Fonte: acervo Projeto InterAção.



Figura 3: Materiais recicláveis sendo prensados (associado da ACAMARE). Fonte: Acervo Projeto InterAção.



Figura 4: Fardos de materiais recicláveis prontos para serem comercializados. Fonte: Acervo Projeto InterAção.



Figura 5: Carregamento do caminhão com fardos. (realizado pelos associados da ACAMARE). Fonte: Mariana Oliveira

Após todo o trabalho de beneficiamento inicia-se o processo de comercialização dos materiais recicláveis, perdurando por até 40 dias todo esse ciclo. Geralmente as vendas são feitas para compradores intermediários (atravessadores) da região da Zona da Mata Mineira. Existem também as “vendas soltas”, que são àquelas realizadas em pequenas quantidades de materiais recicláveis para pessoas interessadas em determinados tipo de resíduos. Um exemplo das chamadas “vendas soltas” é a venda de garrafas de vidro para artesãos e produtores de bebida de Viçosa e de mais algumas cidades próximas.

Nas planilhas do “Demonstrativo de Resultado e Distribuição da Sobra” são especificados com denominações próprias do mercado local de reciclagem os tipos de materiais vendidos pela associação, levando em conta suas características, como: ferro velho; filme colorido (sacos plásticos coloridos); filme branco (sacos plásticos transparentes e brancos); plástico; garrafinha branca e colorida (garrafas de troca de óleo, produtos de limpeza e similares); PET óleo (garrafas plásticas de óleos vegetais); PET (garrafas plásticas de refrigerante, de água e similares); PP branco e colorido (potes plásticos de manteiga, margarina, entre outros); papelão bom (caixas de papelão); Tetra Pak (caixas de leite, de suco, entre outros); papel misto; papel branco; latinhas de alumínio; cobre; antimônio; alumínio duro (ferragens de janela, painéis, entre outros); chapas de raios-X; metal em geral; bocão (plástico firme, engradados de cerveja, mesas de plástico, cadeira, entre outros) e marmitex (embalagens de alumínio).

Em 2014 a ITCP/UFV procurou o Projeto InterAção com o intuito de realizar uma parceria no trabalho com a ACAMARE, tendo em vista que este programa já executou projetos em conjunto com os associados da Usina alguns anos antes.

Desde então, semanalmente, a ITCP/UFV e o InterAção se reúnem para pensar em ações que possam contribuir para o fortalecimento da associação. As tarefas foram divididas basicamente em dois segmentos, sendo de responsabilidade da ITCP a formação técnica dos associados, enquanto fica a cargo do InterAção priorizar as ações de acesso a mercados e de expansão da coleta seletiva na cidade de Viçosa.

O Projeto InterAção vem desenvolvendo estudos acerca da cotação dos preços e estabelecendo contato prioritariamente com empresas do ramo, mas também com compradores independentes, para a venda dos materiais triados na ACAMARE. Dois fatores que dificultam a comercialização de alguns tipos de materiais é a distância da região de Viçosa de polos de indústria recicladora, o que diminui consideravelmente o número de compradores da associação, assim como a oscilação do preço destes materiais no mercado. Nesse processo o InterAção busca dar ênfase em seu trabalho de fomento aos materiais recicláveis que a associação tem dificuldades de vender.

A ITCP vem fomentando o desenvolvimento organizativo do coletivo de trabalhadores da ACAMARE e contribuindo com a promoção da autogestão dos mesmos a partir dos princípios da Economia Solidária¹².

Após o estabelecimento desta parceria entre estes programas de extensão da Universidade Federal de Viçosa, novas conquistas vêm acontecendo na ACAMARE, como por exemplo, a concessão do auxílio “Bolsa Reciclagem” concedido pelo Governo de Minas Gerais pelos serviços ambientais prestados pelas organizações de catadores de materiais recicláveis do Estado, que tem por objetivo impulsionar a reintrodução dos resíduos recicláveis no processo produtivo, a redução da utilização de recursos naturais, insumos energéticos e a inclusão socioprodutiva. (Centro Mineiro de Referência em Resíduos – CMRR, 2011). Houve uma série de tentativas de se conseguir este benefício financeiro, mas só com a desburocratização na emissão das notas fiscais foi possível a ACAMARE ser beneficiada, agora as notas podem ser emitidas manualmente. Este avanço proporcionou uma maior renda para os associados (proporcional à quantidade de recicláveis vendidos, sendo que

¹²A Economia Solidária é um movimento social que tem promovido, principalmente após o aumento dos níveis de desemprego da década de 1990 no Brasil, a articulação de empreendimentos coletivos e auto gestionários com gestores públicos e entidades de apoio, objetivando principalmente impulsionar novo modelo de organização econômica que leve em consideração questões sociais não contempladas no modelo econômico vigente, como as de gênero, as étnicas e ambientais.

cada tipo de material tem um valor diferente) e uma reorganização das vendas do grupo, que agora são oficialmente registradas. Outros avanços ocorridos de forma mais intensa após as ações conjuntas entre ITCP/UFV e Projeto InterAção são os intercâmbios, em que os associados da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa conhecem outras associações ou cooperativas que atuam no setor, e a participação em eventos temáticos. Essas experiências têm refletido positivamente no que tange à organização da ACAMARE e de seus trabalhadores.

Embora o trabalho desenvolvido pelos programas de extensão da UFV em conjunto com os associados tenha galgado algumas conquistas, o poder público viçosense ainda deixa a desejar. A prestação pública de serviço desenvolvida pelos trabalhadores da ACAMARE ainda é comprometida pela falta de apoio da Prefeitura Municipal e da autarquia responsável pela gestão dos resíduos sólidos do município.

CAPÍTULO IV – A gestão da coleta seletiva de Viçosa pelo Serviço Autônomo de Água e esgoto

Como já dito anteriormente, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto é responsável por todo o processo de gestão dos resíduos sólidos em Viçosa, inclusive por manter o pleno funcionamento de todos os equipamentos utilizados pelos associados da ACAMARE no beneficiamento dos resíduos recicláveis na Usina de Triagem.

Nós damos toda logística lá, caminhões para coleta, funcionários (os ajudantes que fazem a coleta) e a manutenção lá da Usina, por exemplo, um conserto de uma máquina, um conserto de esteira, parte elétrica se estraga, parte hidráulica, toda parte de manutenção da Usina é de responsabilidade nossa, mais o trabalho de coleta (Entrevista realizada com o Diretor de Limpeza Pública do SAAE-Viçosa, Geraldo Fausto, no dia 25/07/2014).

No entanto, esse serviço de dever da autarquia é realizado sem que existam diretrizes para tal. A cidade de Viçosa não conta com um plano aprovado pelo poder legislativo do município que contemple a questão do gerenciamento dos resíduos sólidos. Tanto o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), iniciado em 2009, quanto o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que teria de ser terminado em 2012 segundo a lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), ainda não foram concluídos. Em entrevista, o diretor de limpeza pública do SAAE explica o processo de escrita desses documentos:

Tanto o Plano Municipal de Saneamento como o Plano Municipal de Resíduos ele está sendo coordenado pelo SAAE. O SAAE fez um contrato inicial em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). A FUNASA inclusive repassou no início da elaboração do plano um recurso para que pudesse contratar profissionais para a elaboração do plano, mas os recursos não foram suficientes para terminar todo o trabalho. A partir do momento que acabou o recurso da FUNASA nós prestamos conta e o SAAE continuou bancando a equipe que está dando continuidade à elaboração do plano. O Plano de Resíduos está praticamente pronto, mas há um pequeno atraso no Plano de Saneamento, mas nós estamos trabalhando ainda com os professores, têm vários professores dentro da UFV que estão dando uma contribuição no plano. Nós temos a equipe técnica do SAAE que está trabalhando e já fizemos no início mais de 38 audiências públicas nos vários segmentos do município, envolvendo várias comunidades, várias associações de moradores de bairros e de comunidades rurais. O plano está caminhando para o sistema final, estamos dependendo só de um complemento do setor de engenharia da UFV do Prof. Rafael Bastos, está fechando para juntar com todos os estudos que já temos para levar para Câmara Municipal, para ser transformado em lei. Quando ele estiver fechado nós vamos chamar todos os delegados que foram eleitos nessas audiências para trabalhar e acompanhar na elaboração do plano, para fazer uma audiência na Câmara Municipal, para fazer os retoques e sugestões para complementar ou tirar o que foi proposto para encaminhar para a Câmara transformar em lei. Nós esperamos fazer isso no máximo em

outubro de 2014. A partir do ano que vem o município que não tiver o Plano de Saneamento ou o Plano de Resíduo fica impedido de receber recurso da área estadual como federal. A lei, ela pede um plano exclusivo para resíduos, o plano de saneamento é um plano mais amplo, ele tem quatro vertentes: resíduo, água, esgoto e drenagem urbana. Mas tem uma lei específica que pede um plano específico para resíduo também. Então além de ter que fazer o Plano de Saneamento Básico que envolve resíduos, também você tem que fazer um específico para resíduos, nós estamos fazendo os dois em paralelo (Entrevista realizada com o Diretor de Limpeza Pública do SAAE-Viçosa, Geraldo Fausto no dia 25/07/2014).

Segundo o site do SAAE¹³ a autarquia tem como base de suas ações um documento feito no ano de 2010 em conjunto com os mesmos delegados que estavam trabalhando na elaboração do PMSB, chamado Plano Participativo de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. No entanto esse documento não foi votado pela Câmara Municipal de Viçosa e transformado em Lei, o que em linhas gerais não garante nenhuma mudança significativa para a coleta seletiva da cidade, visto que este documento foi organizado pela própria autarquia.

Essa situação de falta de orientações previstas em lei municipal em muito agrava a situação dos trabalhadores da ACAMARE, pois a Usina de Triagem e Reciclagem, ambiente onde trabalham e que é de responsabilidade do SAAE, funciona com uma série de problemas. No que tange à sua situação legal a Usina não possui documentos essenciais como alvará de funcionamento, o que gera insegurança no cotidiano dos associados, já que podem ser impedidos de trabalhar a qualquer momento por meio de uma interdição. Outro fato que põe em evidência a situação precária dos trabalhadores da ACAMARE é a inexistência de um documento que comprove a parceria entre a associação e o SAAE. Nas entrevistas feitas com as associadas nenhuma delas se posicionou de forma clara a respeito da relação entre a ACAMARE e a autarquia municipal, o que de certa forma indica a ausência do órgão responsável pela gestão da Usina.

Para falar a verdade, nenhuma [relação entre o SAAE e a ACAMARE], pra ser sincera. Porque aqui muitas poucas coisas eles ajudam a gente. Pelo menos a caçamba diz que agora está sendo pelo SAAE, as maquinagem eles conserta para gente e o caminhão da coleta que eles liberam para gente (Entrevista realizada com a catadora da ACAMARE Lúcia Maria no dia 24/07/2014).

No entanto, tiveram falas nas entrevistas em que as trabalhadoras sugerem como deveria ser a dinâmica desta parceria entre SAAE e a Associação.

Eles podiam se interessar mais pelo nosso trabalho aqui, porque nós limpamos a cidade e não ganhamos nada com isso, nós estamos trabalhando pelo meio ambiente e limpado a cidade e não ganhamos

¹³ Site da autarquia SAAE: <http://www.saaevicosa.com.br/portal/>.

nada com isso. Eles podiam olhar mais para nós aqui dentro, vê se pelo menos dá uma ajuda de custo aqui dentro pra gente porque nós não temos. A gente já foi em várias Usinas que é igual a nossa mesmo, mês passado a gente foi na Copersoli, lá de Belo Horizonte. A gente viu lá como é diferente daqui, eles fazem o mesmo que a gente faz aqui, mas eles tem uma ajuda custo da prefeitura e aqui a gente não tem nada disso (Entrevista realizada com a catadora da ACAMARE Lúcia Maria no dia 24/07/2014).

Eles tinham que melhorar um pouco pra nós, mandar mais material, hoje eles trouxeram um pinguinho de material só, está vindo muito pouco. O caminhão não vem nem cheio hoje, não veio. Tem que mandar mais material pra nós, tá osso, agora o papel caiu tudo, o que nós vamos receber se o papel baixar o preço? O que nós vamos receber? Assim eu escutei eles dizer que o preço do papel caiu, não sei se o plástico caiu (Entrevista realizada com a catadora da ACAMARE Rosa no dia 25/07/2014).

Chama também atenção o fato de que nenhuma delas demonstrou conhecer os trâmites legislativos sobre a coleta seletiva municipal e as obrigações legais do poder público e da autarquia em relação à atividade, o que dá uma margem extralegal à administração do SAAE. Mesmo considerando que a situação de funcionamento de seu ambiente de trabalho poderia melhorar, os associados não têm meios de cobrança nem sabem exatamente de quem cobrar. As queixas acerca da precariedade vivida por eles na Usina geralmente são dirigidas aos projetos de extensão da Universidade Federal de Viçosa, que pouco podem fazer para ajudá-los. Uma ação realizada pelo Projeto InterAção, em virtude do descumprimento por parte do SAAE dos acordos feitos em reunião entre as entidades, é o envio de ofícios à secretaria da autarquia, porém as reivindicações feitas nestes documentos não têm sido atendidas plenamente.

Analisando o contrato de nº 092/01 (Cessão de Uso da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa pelo município) e a lei de nº 2.002/09 (Transferência da limpeza pública para o SAAE) percebe-se que em nenhum dos documentos são atribuídas responsabilidades nem à Prefeitura nem ao SAAE em relação à capacitação dos trabalhadores da Usina. Nenhum destes órgãos é responsável pelo fornecimento de equipamentos necessários para o processo de beneficiamento dos materiais recicláveis como esteira, empilhadeiras, “bags” para depósito dos resíduos, prensas e carrinhos para a locomoção dos materiais e equipamentos de proteção individual (EPI). O fato de inexistir nestes documentos essas atribuições é inusitado, pois o maquinário já existente na Usina, quando foi feita a cessão pela UFV, é insuficiente e a aquisição dos demais materiais para uso dos triadores representa um grande custo para o apertado orçamento da Associação. Mesmo com os projetos de extensão da UFV se empenhando em fomentar a produção da ACAMARE não é

possível suprir esse gargalo, pois geralmente os recursos utilizados têm seus gastos previamente direcionados por editais que podem ou não serem aprovados.

Outra questão que compromete o potencial de produção dos trabalhadores da ACAMARE é a estrutura do galpão principal que não possibilita uma disposição organizada dos materiais já triados. Isso ocorre em razão de a Usina não possuir baias para separação dos diferentes tipos de resíduos. O acúmulo de materiais gerado por esse problema organizacional compromete também o processo de prensagem, atividade que ocorre no mesmo local.

As fotos das baias abaixo foram retiradas do Modelo de Projeto de Unidade de Triagem de Resíduos Secos do site¹⁴ do Ministério do Meio Ambiente.



Figura 3: Exemplo de conjunto de baias: Diadema / SP.



Figura 4: Exemplo de baias em perfis e tela trançada.

A fiação exposta é outra dificuldade encontrada pelos associados para trabalhar de forma segura. Os fios desencapados aumentam o risco de ocorrer uma descarga elétrica em algum trabalhador, também podendo gerar um grave incêndio, já que o local não conta com equipamentos de segurança instalados como extintores.

Outro ponto crítico da gestão dos resíduos sólidos de Viçosa é o não atendimento integral à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que estabelece agosto de 2014 como

¹⁴ Site do Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/governancaambiental/itemlist/category/155-triagem-de-material-recic%C3%A1vel>

data limite para que todos os municípios brasileiros implantem sistemas de coleta seletiva. Somente os rejeitos devem ser encaminhados para o aterro sanitário, que é a melhor forma de acondicionamento destes materiais. Já os materiais passíveis de serem reciclados devem ser direcionados para uma usina de triagem para posteriormente serem inseridos na cadeia produtiva através da reciclagem. É de responsabilidade do SAAE tomar as devidas providências em relação ao cumprimento total desta lei, efetivando o processo de coleta e disposição final dos resíduos sólidos gerados em toda a cidade. Com o prazo da lei da PNRS já vencido, Viçosa, de acordo com o Projeto InterAção, tem uma estimativa que 25% da população é atendida pelo recolhimento dos materiais recicláveis.

Em entrevista, o Diretor de Limpeza do SAAE fala como a autarquia se posiciona a partir da PNRS:

Sim, o SAAE ele tem que, como gerenciador da questão dos resíduos de Viçosa, adequar a todas as exigências da Política Nacional, que é dar melhor destinação para os resíduos. Dar a destinação adequada dos resíduos e principalmente buscar fazer a separação dos materiais que possam ser reaproveitados. A Política Nacional hoje prevê que nenhuma material que pode ser reaproveitado e reciclado pode ir para o aterro sanitário. Então apesar de nós termos o nosso aterro licenciado e já em bom funcionamento, inclusive já estamos recebendo ICMS ecológico em função de ter o aterro adequado dentro das normas legais, nós temos que nos adequar e nos estruturar ainda mais para poder reaproveitar e fazer a separação total de todo lixo que é gerado, de todos os resíduos que são gerados, não só lixo, mas resíduo de material de construção, resíduo de poda. Tudo que for resíduo hoje que vai para o aterro sanitário, nós vamos ter que nos estruturar para poder reaproveitar e continuar mantendo estruturado e dando um bom gerenciamento e monitoramento do aterro. (Entrevista realizada com o Diretor de Limpeza Pública do SAAE-Viçosa Geraldo Fausto, no dia 25/07/2014).

Apenas um caminhão é disponibilizado pelo SAAE para o recolhimento dos resíduos sólidos de aproximadamente 20 mil pessoas, o que tem sido insuficiente. Levando-se em consideração que o volume de materiais recicláveis é, em média, o mesmo que o de rejeitos, a coleta dos resíduos domésticos de qualquer município brasileiro deve ser planejada de forma que a maioria dos trabalhadores e caminhões coletores sejam destinados ao recolhimento de recicláveis (CEMPRE). Além da má distribuição da mão-de-obra e de recursos neste serviço, ainda há desproporcionalidade nos dias do recolhimento dos resíduos domésticos. Enquanto a coleta “convencional”, ou seja, a coleta não seletiva, é feita diariamente, o recolhimento dos recicláveis é realizado na maioria das localidades apenas uma vez por semana, chegando ao máximo a duas vezes segundo o site do Projeto InterAção. Desde setembro de 2014 o SAAE vem adotando uma nova dinâmica no recolhimento dos materiais que tem também prejudicado o bom funcionamento da coleta seletiva e o abastecimento da Usina. Os funcionários que atuam nas rotas da coleta seletiva não têm sido os mesmos, já que agora há

rotatividade nesta função. Não possuir uma equipe fixa para realizar a coleta seletiva faz com que não haja apropriação deste serviço pelos funcionários, o que fragiliza a coleta, pois de acordo com denúncias recebidas pelo Projeto InterAção muitos pontos da rota da coleta seletiva não têm tido os materiais recolhidos e muitos rejeitos têm chegado à Usina. Diante desta situação, o InterAção solicitou ao SAAE uma reunião para sanar essa dificuldade, no entanto, mesmo enviando o ofício (anexo 02) pedido pela autarquia para montar uma equipe fixa, até o momento nada foi feito a respeito. Esses problemas no recolhimento dos resíduos sólidos recicláveis, e conseqüentemente no abastecimento da Usina, evidencia uma contradição entre as falas do diretor do SAAE e dos trabalhadores da ACAMARE. Segundo o dirigente da autarquia o volume do material direcionado pelo SAAE para o enfardamento está acima da capacidade de beneficiamento da associação.

A intenção nossa é fazer a coleta em toda a cidade, mas nós temos essa dificuldade de processamento lá dos catadores, da ACAMARE. A ACAMARE precisava ampliar também e ter mais pessoal para poder processar o máximo possível. O que acontece, o SAAE da logística, leva o material para lá, a ACAMARE faz a separação, enfardamento, todo o processamento lá na Usina e eles vendem o material, o produto da venda é deles, o SAAE não tem nenhuma participação no produto de venda, eles rateiam entre eles, nós só levamos para lá e eles processam. (Entrevista realizada com o Diretor de Limpeza Pública do SAAE-Viçosa, Geraldo Fausto no dia 25/07/2014).

Apesar disso, como relatado pela associada Rosa em sua entrevista, os trabalhadores da associação consideram que o material que chega aos caminhões da coleta seletiva vem em pouca quantidade, o que de certa forma torna inviável a entrada de mais membros, como sugerido pelo administrador do SAAE, pois a renda obtida seria ainda menor após a divisão entre os membros do coletivo da ACAMARE. Ainda segundo o diretor da autarquia, esse suposto problema já teria solução. O SAAE tem empenhado esforços para realizar a construção de outra unidade de triagem de resíduos sólidos em Viçosa.

Onde tem associação preferencialmente nós temos que mandar para associação. Agora também se a associação não dá conta, o município ou órgão que estiver à frente da gestão ele tem que assumir e criar, é o que nós estamos fazendo, nós estamos implantando uma nova usina com um processo mais moderno, que nos vamos ter inclusive biodigestão, vamos ter incinerador para resíduos sépticos, resíduos hospitalares de clínicas e processamento do material de construção civil e demolição. Hoje a ACAMARE não tem essa capacidade de fazer isso, então nós temos que assumir e criar. Mas de qualquer forma tanto a ACAMARE quanto a ACAT (Associação dos Catadores de Lixo), porque hoje são duas associações em Viçosa elas vão ser prestigiadas, na medida em que a gente for avançando. Vamos supor, nós vamos criar essa usina, que nós estamos chamando hoje de Usina Eco sustentável, mas na lei está saindo como Centro de Processamento de Resíduos. (Entrevista realizada com o Diretor de Limpeza Pública do SAAE-Viçosa, Geraldo Fausto no dia 25/07/2014).

Todavia, principalmente no que tange à responsabilidade nos gastos da máquina pública municipal, a suposição de que a ACAMARE não seria capaz de triar os materiais recicláveis de toda a cidade e não pode ser utilizada como motivo para a criação de mais uma usina. A expansão e o melhoramento logístico da coleta seletiva de Viçosa, a divulgação desta ação, o investimento no espaço da Usina, haja vista que é um espaço cedido sem nenhum custo ao município pela UFV, e o apoio aos projetos universitários extensionistas devem ser ações iniciais para se chegar definitivamente à adequação do município à lei da PNRS. Só assim seria possível afirmar de maneira concreta a necessidade de se aumentar o quadro de associados da ACAMARE ou de se construir uma nova unidade de beneficiamento dos materiais recicláveis da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda a análise realizada nesta pesquisa acerca dos impactos do ajuste econômico neoliberal e da consequente marginalização de grande parte da sociedade brasileira, podemos afirmar que houve avanços no que tange à reintegração dessas pessoas que, por um longo período de recessão econômica, viveram o mais alto grau de precarização do trabalho (SOARES,1999). No entanto, é extremamente necessário destacar que em muitos aspectos o serviço prestado por esses trabalhadores à sociedade é ainda desvalorizado, principalmente o dos envolvidos com a reciclagem de resíduos sólidos nas zonas urbanas.

Apesar de terem surgido de maneira mais intensa a partir de 2003, algumas leis que regulamentam políticas públicas para este setor ainda precisam ser melhoradas. A principal dessas leis, a Lei nº. 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obriga as prefeituras municipais do Brasil a se responsabilizarem pela disposição final dos resíduos sólidos, dando preferência à contratação de associações ou cooperativas conforme o artigo 36 § 1º. Porém, este excerto deixa uma lacuna interpretativa. Ao ser colocada como preferencial a contratação de um empreendimento coletivo formado por pessoas físicas de baixa renda, passa a existir a opção de se integrar ou não a cooperativa ou associação na cadeia produtiva da reciclagem do município ou, como acontece em Viçosa, inseri-la de forma precária. Como em Viçosa o ingresso da ACAMARE no sistema de coleta seletiva municipal ocorreu anteriormente à formulação desta lei pouca coisa mudou depois da mesma. A contrapartida recebida pelos associados é advinda apenas da venda dos materiais, mesmo sendo todo o serviço de beneficiamento dos resíduos recicláveis da cidade, excetuando-se o recolhimento dos mesmos nas localidades atendidas pela coleta, caracterizando uma inclusão parcial e precária. Burgos (2008) retrata a precarização do trabalho realizado pelos trabalhadores de materiais recicláveis ao discorrer que:

[...] Porém, as matérias - primas oriundas dos processos de reciclagem – como todas as demais matérias-primas – não são dadas da natureza. Resultam de processos de trabalho, e no caso das atividades realizadas pelos catadores, trata-se de trabalho não pago. O que é pago aos catadores corresponde aos preços dos recicláveis definidos ao nível do comércio e não ao trabalho por eles realizado (catar, transportar, triar, etc...) (BURGOS, p. 15,2008).

Especificamente no caso da ACAMARE, tanto no documento de concessão do espaço da Usina de Triagem e Reciclagem à Prefeitura Municipal de Viçosa pela UFV quanto no documento que responsabiliza o SAAE pelos serviços de coleta e beneficiamento dos resíduos sólidos da cidade, não só não há regularização do serviço prestado ao município pela associação como também não existe nenhum responsável por fomentar a produção dos

associados por meio da aquisição de maquinário e outros equipamentos. A aquisição de máquinas mais modernas, assim como os EPI ficariam, portanto, a cargo da própria ACAMARE. No entanto é improvável que a associação, que obtém recursos apenas por meio da venda dos materiais recicláveis pelos compradores intermediários, conseguisse arcar com essas altas despesas. A contratação de associações/cooperativas já é realidade em alguns municípios brasileiros, e demonstra a conquista destes trabalhadores que há muito tempo estão à margem de todo o processo de produção, uma vez que deveriam ser protagonistas deste ciclo. Em alguns casos como os dos municípios de Itabirito e Manhumirim, ambos também em Minas Gerais, a contratação das associações é feita inclusive para que a coleta dos resíduos recicláveis também seja realizada pelos associados, o que fortalece os laços entre esses trabalhadores e a população, conseqüentemente tornando todo o processo da coleta seletiva mais sólido.

No ano de 2014, estas organizações de catadores têm enfrentado mais um obstáculo. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal deram aprovação no mês de outubro à prorrogação do prazo de adequação das administrações municipais à medida da lei da PNRS de fechamento dos lixões e substituição dos mesmos por aterros sanitários através da Medida Provisória (MP) 651. A presidente Dilma Rousseff poderá, então, sancionar o texto ou vetar pontos específicos, como o da ampliação do prazo para o fim dos lixões, explicitada no artigo 107 da mesma MP.

Estes empreendimentos coletivos compostos pelas mesmas pessoas marginalizadas pelo ajuste neoliberal da década de noventa ainda persistem dia a dia lutando pelo reconhecimento do serviço essencial feito por eles, seja por parte da população em geral ou por parte do poder público. Devemos reconhecer de forma progressiva, por vias institucionais, as demandas desses trabalhadores da reciclagem. É urgente a necessidade da inclusão sistemática dos mesmos em todas as esferas sociais, assim como uma reformulação intensa da percepção da sociedade acerca do tratamento dado aos resíduos sólidos que são colocados diariamente para fora de todas as casas brasileiras. Uma nova sociedade mais justa e igualitária surgirá quando compreendermos que a organização econômica não deve subsidiar o consumo desenfreado e predatório, financiando assim a degradação do meio ambiente e dos próprios homens, mas sim servir como base para a reprodução ampliada da vida de todos, satisfazendo os valores de uso dos serviços e bens produzidos, valorizando o homem e seu trabalho.

ANEXO 1:

Entrevista com Antônio Mendes (Antigo funcionário do Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura de Viçosa- MG).

Data: 12/02/2014

Presentes: Ana Maria Costa e Kátia Gomes de Laia

Objetivo: levantamento do histórico da ACAMARE.

1- Qual foi seu primeiro contato com os trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa?

Eu trabalhava no Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura e fui designado para retirar os trabalhadores do “lixão” quando este ia ser fechado, não lembro em qual ano. Passei muitos dias no “lixão”, almoçava com eles, queria fazer com que eles sentissem que eu era como um deles. O objetivo era levá-los para trabalhar na Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa.

2- Dessas pessoas convidadas a trabalhar na Usina, todas foram?

Nem todos. Foi muito difícil convencê-los. Para lidar com eles era necessário se inserir na realidade deles, mostrar que eles podiam confiar e eles confiavam em mim. Eles tinham medo de que os tirassem do “lixão” com várias promessas e nada fosse cumprido. O Luciano Piovesan fez várias tentativas, mas foi bem difícil.

3- Essas pessoas moravam dentro do “lixão”?

Sim, a grande maioria. A maioria era morador do Carlos Dias e da Colônia Vaz de Melo, mas preferiram ir morar no “lixão”. Era uma forma de proteger o que era deles, o material que eles haviam recolhido. Apenas 50% foram convencidos a ir para a Usina, o resto preferia ficar lá.

4- Como era a realidade dentro do “lixão”?

Havia muitos catadores trabalhando e vivendo ali. Era desumano, havia muitos riscos: vidro quebrado, proliferação de animais e doenças, eles se alimentavam do “lixo”.

5- O que foi proposto a esses catadores?

A Prefeitura garantiu que eles teriam água, refeitório. Com o início dos trabalhos do Projeto InterAção na Usina, foi construída uma sala para instalação de computadores e alfabetização, que infelizmente não deu certo, mas existe a estrutura. A infraestrutura oferecida era muito boa e eles teriam que entrar com o trabalho, porém precisavam se organizar.

6- E para quem seria vendido o material?

Nessa parte, a Universidade Federal de Viçosa através de projetos nos assessorou. Porém, eles não recebiam quase nada, para os catadores sobrava o mínimo do dinheiro. Eles ficavam na mão dos atravessadores, praticamente pagavam para trabalhar e por isso, muitos desistiram de trabalhar ali. Mas isso melhorou com a ajuda do Projeto InterAção depois de alguns anos.

7- Quais as principais dificuldades, além da venda dos materiais?

Eles reclamavam da falta de liberdade, de ter que cumprir horário e ter disciplina. Alguns hábitos tiveram que ser mudados, eles não podiam mais comer o que estava misturado no “lixo”. Era necessário um grande trabalho de conscientização. Com a união das duas turmas, ficou muito difícil, eles não queriam obedecer às regras e haviam muitas inimizades, eles

pensavam muito diferente. Sempre houve também uma resistência à entrada de algumas pessoas.

8- Como se deu a fusão das duas turmas?

Foi bem complicado, isso teve que ser lapidado. Eles precisavam se unir. As regras tinham que ser as mesmas para todos a partir de então. Quando alguém levava um parente para trabalhar na Usina, gerava grande confusão devido a essas inimizades. Sempre foi um problema a entrada de novos membros.

9- Quem contribuiu para a formação de uma associação?

Eu não lembro muito bem, mas o Projeto InterAção teve um papel muito importante. O ITCP também ajudou muito.

10- O que você fazia na Usina?

Eu tentava me incluir no meio deles para que eles se sentissem mais a vontade. Mas não era fácil, muitos não gostavam do que eu fazia, achavam que eu era muito exigente. Sempre cobreí deles mais higiene, organização.

11- Antes de o SAAE assumir a gestão dos resíduos sólidos urbanos em Viçosa, como era o transporte dos resíduos sólidos para a Usina e em que condições eles chegavam?

Continuou quase a mesma coisa de quando ia pro “lixão”. Quase todo o “lixo” da cidade passou a ir para a Usina e chegava tudo misturado, não ocorria a coleta seletiva. Isso pouco mudou as condições de trabalho de quem triava, eles tinham que lidar com animais mortos, muita comida, tudo muito misturado.

12- Você trabalhou na Usina até que ano?

Até 2010, quando eu saí ainda ia “lixo” misturado para a Usina. Agora quem está lá é o Nivaldo.

13- A Prefeitura cumpriu com tudo que foi prometido?

Em vários momentos não e foi por isso que ocorreram os “panelaços”. Quando faltava água ou a prensa quebrava e nada era feito, eles iam para a porta da Prefeitura bater panelas e reivindicar.

Obs: As falas foram alteradas para facilitar o entendimento e praticidade, mas sem alteração do conteúdo.

ANEXO 2:

ANEXO 3:

Roteiro:

Entrevista realizada com o Diretor de Limpeza Urbana do SAAE.

- 1) Como o SAAE se posiciona a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos?
- 2) Quais são as atribuições do SAAE no Plano de Saneamento Básico do município e no plano Municipal de Resíduos Sólidos?
- 3) Quais são as metas para os resíduos tanto no plano municipal de resíduos quanto no de saneamento básico?
- 4) Qual a responsabilidade do SAAE na Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa?
- 5) De acordo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, como o SAAE como autarquia, se posiciona em relação à ACAMARE, perante a inclusão desses catadores como parte da gestão dos resíduos?

Roteiro:

Entrevista realizada com as associadas da ACAMARE:

1. O que você acha do seu trabalho?
2. Há quanto tempo você trabalha com materiais recicláveis?
3. Você já estudou? Até qual série?
4. Você já exerceu alguma outra atividade/ trabalho?
5. O que o levou a se tornar um trabalhador de materiais recicláveis?
6. Você é natural de Viçosa-MG? Se não, o que o trouxe a Viçosa?
7. Com que idade você começou a trabalhar?
8. Em sua casa moram quantas pessoas? E quantas trabalham?
9. Esse trabalho é sua única fonte de renda ou é um complemento?
10. Você está satisfeito com suas atuais condições de trabalho? Se não, gostaria de trabalhar em outro local?
11. O que você conhece da legislação sobre coleta seletiva e materiais recicláveis?
12. Como é a relação SAAE e ACAMARE?
13. Como deveria ser a relação SAAE e ACAMARE?

ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS). Resíduos Sólidos: classificação, NBR 10.004. Rio de Janeiro, p. 12,2004. ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS). Resíduos Sólidos: classificação, NBR 10.004. Rio de Janeiro, p. 12, 2004.

ALMEDIDA, Mônica. P. Reformas Neoliberais no Brasil: As Privatizações no Governo de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense- UFF. Niterói, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1263.pdf>. Acesso 10/08/14.

ALVES, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. “The Cultural and the Political in Latin American Social Movements” In ALVAREZ, S. Cultures of Politics – Politics of Cultures: re-visioning latin american social movements. Oxford: Westview Press, 1998.

ANDERSON, Pery. Balanço do Neoliberalismo. In.: SADER, Emir; GENTÍLI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. pp.: 09-23.

ARRUDA, Marcos. Globalização e sociedade civil: representando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. In: ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos. Petrópolis: Vozes, 2000. pp: 53- 54

BAPTISTA, Vinícius F. Liberdade pelo trabalho ou trabalho pela liberdade? O caso dos catadores de materiais recicláveis. In: Revista Brasileira de Políticas Públicas. Vol. 03, nº 1. Jun. 2013. pp: 01-11.

BOITO JR. Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. Ed. Xamã: São Paulo, 1999.

BURGOS, Rosalina. Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem urbano periférico. Tese apresentada ao Departamento de geografia – FFLCH/USP. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: [//www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10032010-110647/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10032010-110647/pt-br.php). Acesso 28/06/2014.

BRUM, Argemiro J. desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

CARMO, Maria. S. F. A problematização do lixo dos catadores: estudos de caso múltiplo sobre políticas públicas sob uma perspectiva foucaultiana. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração. FGB-EBAP. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

Cartilha de Intermediação de Mão de Obra Brasil sem Miséria. Disponível em: <http://www.brasilsemiseria.gov.br/documentos/cartilha_mao_de_obraBSM.pdf>. Acesso em 23/08/2014.

CATTANI, Antônio. D; GAIGER, L. I. et. al. (orgs.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

CERQUEIRA, Jackson. B.A. Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. *Sitentibus*. Feira de Santana. Nº. 39. Jul/dez. 2008. pp.: 169-89.

CICOUREL, Aaron. Teoria e métodos em pesquisa de campo. In.: ZALUAR, Alba (org). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. pp.: 87-121.

COMPROMISSO EMPRESARIAL DE RECICLAGEM. A lei na prática: chegou a hora de assumir o importante papel na gestão do lixo. São Paulo: CEMPRE, 2012.

COMPROMISSO EMPRESARIAL DE RECICLAGEM. Política Nacional de Resíduos Sólidos: agora é lei. São Paulo: CEMPRE, 2012.

DEMARTINI, Z. Infância, pesquisa e relatos orais. In: FARIA, A. L. G.; DEMARTINI, Z. B. F.; PRADO, P. D. (orgs.). *Por uma cultura da infância*. Campinas: Autores Associados, 2002. p.1-17.

EMMERICK, Rulian. Globalização, exclusão social, e Direitos Humanos na sociedade contemporânea. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 75, abr 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7532>. Acesso 09/10/2014.

FIGUEIREDO, Roberto de Melo. *Novas territorialidades do espaço urbano: o trabalho e o lugar o catador*. (2011). Monografia (especialização – Universidade Federal de Viçosa, 2011).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década. *Revista Brasileira de Educação*, v.16, nº46, jan. 2011.

GONÇALVES, M. A. *A Territorialização do trabalho informal: um estudo a partir dos catadores de papel/papelão e dos camelôs em Presidente Prudente – SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2000.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F. *Catadores: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria da reciclagem*. 2009. 298 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, São Paulo: PUC/SP, 2009.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. *Economia Popular*. In: CATTANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p.101-109.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria.; TIRIBA, LIA. *Economia Popular*. In: CATTANI, A. D., LAVILLE, J.L; GAIGER, L. I. e HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Editora Almedina, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Pesquisa sobre pagamentos por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IPEA, 2010..

_____. A situação social das catadoras e catadores de material reciclável e reutilizável. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

JARDIM, Nilza S; WELLS, Chrstopher (coords.). Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. São Paulo: CEMPRE, 1995.

LEAL, A. C. et al. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. Terra Livre, São Paulo. Ano 18, nº 19. 2002, p. 177-190.

LIMA E SILVA, P. P. (et al.). Dicionário brasileiro de Ciências Ambientais. Rio de Janeiro: Thex Ed, 1999.

MAGALHÃES, Marcos D A; MAGALHÃES, Adriana B D S; MATOS, Antônio T. Levantamento e Diagnóstico das Condições Socioeconômicas e Culturais dos Catadores de Lixo e do Mercado de Recicláveis no Município de Viçosa-MG. II Congresso Mundial de Educação Ambiental, Anais, Rio de Janeiro, RJ. 2004.

MANZINI, Eduardo. J. A entrevista na pesquisa social. In: Revista Didática. São Paulo, vol. 26/27, 1990/1991. Pp.: 149-58.

MARANHÃO, Tatiana de Amorim. Governança Mundial e Pobreza: Do Consenso de Washington ao Consenso de Oportunidades. Tese de Mestrado apresentado ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo- USP. São Paulo, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Mari/Downloads/TATIANA_MARANHAO%20(1). pdf. Acesso 28/ 08/2014.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnica de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7ª edição, 3ª rei mpr. São Paulo: Atlas, 2010.

MARANGONI, Maurício. J. M. A Crise no Mundo do Trabalho: Origens Perspectivas. Conclusão do Curso de Mestrado em Direito do Trabalho da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Piracicaba, 2006. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/HMROWHSTMLQ.pdf>. Acesso 27/06/2014.

MAZZINI, Mariana. M. PINHEIRO, Luana. et. al. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2013

MONTALI, Lilia. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.15,n. 42, fev. 2000.

OLIVEIRA, Denise A. M. Percepção de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis: estudo em uma cooperativa em Salvador-Bahia. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PEREIRA, Maria. C. G. Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG). Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas-FGV. São

Paulo, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8224/62090100012.pdf?sequence=1>. Acesso 16/09/14.

QUINTEIRO, J. Infância e Educação no Brasil. In: FARIA, A. L. G.; DEMARTINI, Z. B. F.; PRADO, P.D. (orgs.). Por uma cultura da infância. Campinas, S.P.: Autores Associados, 2002. p.19- 47.

RODRIGUES, César À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In.: SANTOS, B. S. (orgs.). produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Pp: 83-85:

SANTOS, Maria, C. L. (et al.). frames de ação coletiva: uma análise da organização do MNCR. In.: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia H. H. movimentos sociais e participação. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 2987.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

Schwartz MS, Schwartz CG. Problemas no participante observação. Amer JSociol. 195; 60: 35.

SINGER, Paul. A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, Maria R; CARVALHO NETO, Antônio C. Relações de trabalho contemporâneas. Belo Horizonte: PUC/Minas Gerais IRT, 1999. pp.: 31-45.

SIQUEIRA, Lyssandro Norton. Dos princípios e instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. In.: Revista Virtual. Faculdade de Direito Milton Campos. vol. 10, 2012, pp: 1-16.

SOARES, Laura R. T. R. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Primeira Reimpressão Revisitada. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

TIRIBA, Lia Vargas. “Economia popular urbana: sua diversidade, actores agentes”. In: Economia Popular y crisis del trabajo asalariado: de las estrategias de supervivencia a la producción de una nueva cultura del trabajo, 1999, Cap. III.

VELLOSO. Marta P. **Os catadores de lixo e o processo de emancipação social**. In: Ciência e Saúde coletiva v.10, supl. 0 Rio de Janeiro set./dez 2005.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma parte urbana pobre e degradada**. Trad. Maria L. de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

- LEGISLAÇÕES CONSULTADAS

BRASIL. **Decreto nº7.405, de 23 de dezembro de 2010**. Institui o Programa Pró- Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social dos Catadores de Lixo criado pelo Decreto 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização

a funcionamento, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm. Acesso 20/07/2014

_____. **Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso 20/07/2014.

BRASIL. **Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006.** Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm. Acesso 25/07/2014.

MINAS GERAIS. **Deliberação Normativa COPAM nº. 52, de 14 de dezembro de 2001** - Convoca municípios para o licenciamento ambiental de sistema adequado de disposição final de lixo e dá outras providências - Publicação - Diário do Executivo - "Minas Gerais" - 15/12/2001. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5479>. Acesso 25/07/2014.

BRASIL. **Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979; 8.036, de 11 de maio de 1990; 8.866, de 21 de junho de 1993; 8.987, de 13 de fevereiro a Lei nº 6528, de 11 de fevereiro de 1995, revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso 02/08/2014.

BRASIL. Decreto de 11 de setembro de 2003. Criação do Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo. Revogado pelo Decreto nº 7.405, de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9975imprensa.htm. Acesso 02/08/2014

VIÇOSA. Câmara Municipal de Viçosa. Lei nº 2.002/2009 - Reestrutura o Serviço Autônomo de Água e Esgoto e dispõe sobre a inclusão dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no rol de suas atribuições. Viçosa, 28 de Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.vicosa.mg.leg.br/legislacao/leis-municipais/2009/LEI%20No%202.002-2009.pdf/view>. Acesso 17/08/2014.

- SITES CONSULTADOS

<http://www.cempre.org.br/> Acesso em 23/08/2014

<http://www.portalodm.com.br/> Acesso em 26/08/2014

<http://www.mncr.org.br/> Acesso em 15/09/2014

<http://www.ibge.com.br/home/> Acesso em 20/09/2014

<http://www.saaevicosa.com.br/portal/> Acesso em 02/10/2014

www.projetointeracao@ufv.br Acesso em 03/10/2014

<http://www.itcp.ufv.br/> Acesso em 03/10/2014